

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL DO
GRUPO DOS AMIGOS DE LISBOA

ANO XVIII - N.º 70



ABRIL DE 1955

Companhia de Diamantes
de
ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 179.300.000\$00



Pesquisa e extração de diamantes
na
PROVÍNCIA DE ANGOLA
em regime de exclusivo



Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12, 2.º - Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e

Administrador-Delegado

Com. Ernesto de Vilhena

Vice-Presidente

Com. Álvaro Morna

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Mr. Firmin Van Brée



DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Eng. Rolando Sucena Baptista de Sousa

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante interino

Dr. Sílvio Guimarães

CASA DOS PNEUS

PNEUMÁTICOS E CÂMARAS D'AR
PARA AUTOMÓVEL E CAMION
ACESSÓRIOS DE AUTOMÓVEIS
RECAUCHUTAGEM · RECHAPAGEM

IMPORTANTE SECÇÃO DE
ARTIGOS DE BORRACHA
ALMOFADAS E COLCHÕES
EM ESPUMA DE BORRACHA

126, RUA DA PRATA, 132

Telef. 2 16 45

Companhia Nacional de Navegação

A MAIS ANTIGA E MAIOR
EMPRESA ARMADORA PORTUGUESA
DAS CARREIRAS DE ÁFRICA

Sede
Rua do Comércio, 85
LISBOA

Sucursal
Rua Infante D. Henrique, 73
PORTO

*Serviço rápido de passageiros para a África Ocidental e África Oriental,
Brasil e América do Norte*

FROTA DA C. N. N.

«Moçambique» ... 13.220 Ton.	«Índia» 11.400 Ton.	«S. Thomé» 12.550 Ton.
«Angola» 18.250 »	«Timor» 11.400 »	«Nacala» 5.130 »
«Quanza» 11.550 »	«Save» 2.650 »	«Tagus» 2.320 »
«Luabo» 3.030 »	«Sofala» 18.520 »	«Agachotes» 1.950 »
«Zambézia» 3.538 »	«Moçâmedes» 12.990 »	<i>Em construção</i>
«Lúrio» 3.538 »	«Rovuma» 12.990 »	«Niassa» 10.000 Ton. D. W.

**AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS
E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO**

Todos os tabacos da

Companhia Portuguesa de Tabacos

VIC - TIP TOP - SPORTING - TAGUS
PROVISÓRIOS - AVIZ - FRANCÊS - SUPERIOR

são fabricados pelos processos mais modernos, com tabacos escolhidos das melhores procedências

PAPELARIA CARLOS

CARLOS FERREIRA, LDA.

Rua do Ouro, 34, 38
Telef. 2 02 44
Teleg. PAPELCAR
LISBOA

Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL
Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

Amigos de Lisboa:

Prefiram para os vossos
contratos a conhecida Com-
panhia Inglesa de Seguros

LEGAL & GENERAL

QUE REPRESENTA
UMA GARANTIA DE
200 MILHÕES
DE LIBRAS

Rua da Madalena, 80-1.º — LISBOA



PÉROLA DO ROSSIO LIMITADA

Tel. 20744
Rossio, 105
LISBOA

CASA ESPECIALIZADA EM CHÁ, CAFÉ,
BOLACHAS, BOMBONS E CHOCOLATES

ENVIO DE ENCOMENDAS, PARA
TODO O PAÍS E ESTRANGEIRO

OS
«AMIGOS DE LISBOA»

preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma
COMPANHIA DE SEGUROS
que honra Lisboa

CASA AFRICANA

●
PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS

•
ON PARLE
FRANÇAIS

•
ENGLISH
SPOKEN

●
Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

●
Rua Augusta, 161 - Telef. 2 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166 - Telef. 1361 P. B. X.
PORTO



SANTA CASA
DA
MISERICÓRDIA DE LISBOA



L O T A R I A
E X T R A C Ç Õ E S
S E M A N A I S

PRÉMIOS MAIORES

1 0 0 0 C O N T O S

1 0 0 C O N T O S

5 0 C O N T O S

Os lucros líquidos revertem para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e demais instituições de assistência pública, nos termos da legislação em vigor

ANGELO G. RAMALHEIRA

ENGENHEIRO CIVIL

Construções
Projectos de Estabilidade
Betão Armado



Avenida Sidónio Pais, 14, r/c.-E. - Tel. 49313
LISBOA

Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º - Tel. 26251
PORTO



PAPELARIA CAMÕES

DE
Augusto Rodrigues & Brito
Limitada

•
Secções de Tipografia, Encadernação e Pautação.
Trabalhos simples e de luxo.

Pincéis, telas e tintas de óleo, para aguarela, desenho e guaches das marcas: LeFranc, Windsor, Pelikan e Schmincke

•
Telefone 23063
42, Praça Luís de Camões, 43
LISBOA

CAMILO
CASTELO
BRANCO



O mais apreciado e o mais português de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras em

80 VOLUMES

CONHEÇA
LEIA
APRECIE
DIVULGUE

CAMILO

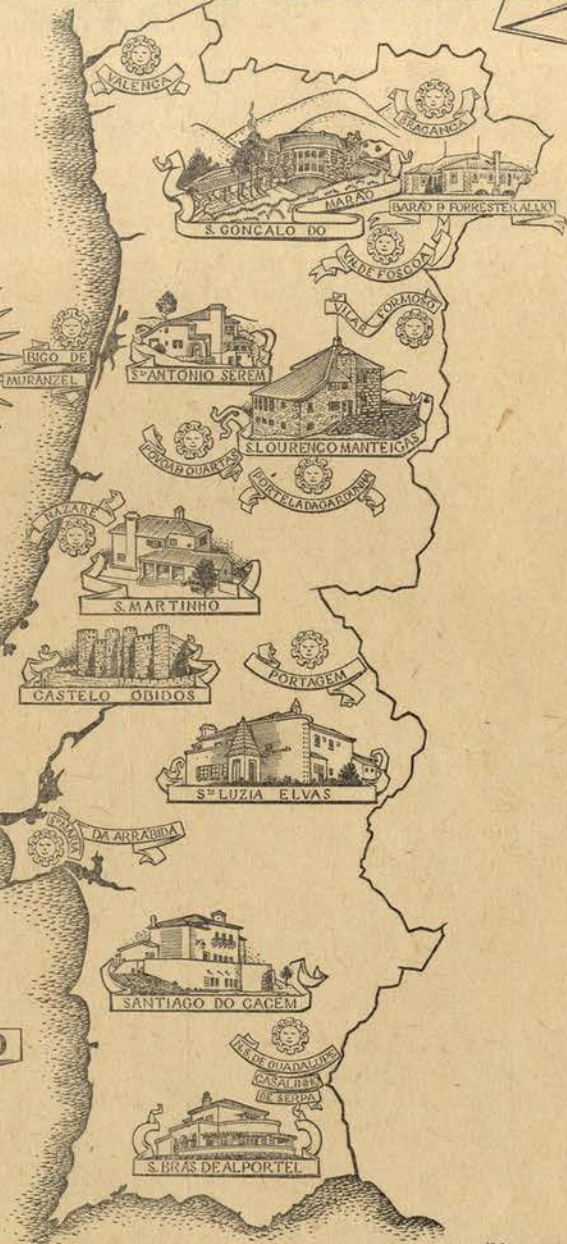
Edições de

Parceria António Maria Pereira
RUA AUGUSTA, 44 A 54

Telef. 31730 : End. Teleg. PARCEPEREIRA

PORTUGAL

POUSADAS
DE
TURISMO



NOVO PLANO

Oferta

27. JUL. 1983

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XVIII

ABRIL DE 1955

NÚMERO 70

Director: MATOS SEQUEIRA

Editor: Francisco Valença Edição e Propriedade do Grupo dos Amigos de Lisboa

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 257 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

Direcção gráfica de Luís Moita

SUMÁRIO

HOMENAGEM A MATOS SEQUEIRA. Discurso do Secretário-Geral do Grupo "Amigos de Lisboa", <i>Doutor Eduardo Neves</i> ...	43
OS BANHOS DA ROCHA DO CONDE DE ÓBIDOS por <i>Alfredo Ferreira do Nascimento</i>	49
OS VELHOS PALÁCIOS DA RUA DA JUNQUEIRA. Conferência proferida na Sede do Grupo "Amigos de Lisboa" em 26 de Abril de 1951 pelo seu Autor o † <i>Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal</i>	55
O PASSEIO PÚBLICO DOS NOSSOS AVÓS por <i>Francisco Câncio</i>	69
FEIRA DA LADRA	83
<i>Relatório da Junta Directiva</i>	86
<i>Parecer da Comissão de Contas</i>	90
CAPA : A "Casa dos Bicos", recentemente adquirida pela Câmara Municipal de Lisboa. Estão anunciados trabalhos de beneficiação e ampliação do edifício, reajustando-o ao seu primitivo e saboroso estilo quinhentista. Foi escolhido Mestre Raúl Lino para a delicadíssima tarefa de dirigir esses trabalhos. A "Casa dos Bicos", uma vez reedificada, irá alojar um "Museu Histórico da Cidade".	

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



Homenagem a Matos Sequeira

A Casa da Imprensa promoveu no passado dia 30 de Março uma homenagem ao nosso Director a propósito da passagem do 50.º aniversário da sua entrada para o jornalismo. Essa homenagem que reuniu algumas centenas de pessoas do nosso melhor escol intelectual foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que sentava a seu lado o representante da Academia das Ciências de Lisboa, o Presidente da Casa da Imprensa, o homenageado e o Director de *O Século*.

Excedeu a centena as cartas e os telegramas recebidos. Entre a assistência estava a família do Mestre lisiponense que se consagrava e grande número de senhoras.

A figura de Matos Sequeira foi encarada por três oradores, Acúrcio Pereira, o consagrado jornalista de *O Século* velho companheiro do homenageado que o encarou sob o ponto de vista jornalístico, o nosso Secretário-Geral que o focou como olisipógrafo e o genro do homenageado, Dr. Luiz de Oliveira Guimarães, que abordou o tema — Matos Sequeira íntimo.

A ilustre actriz D. Mariana Rey Monteiro leu alguns versos de Matos Sequeira.

Transcrevemos a seguir o discurso proferido pelo Secretário-Geral do Grupo «Amigos de Lisboa», Doutor Eduardo Neves.

SENHOR PRESIDENTE:

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Regosijo-me com o ser esta sessão presidida por V. Ex.^a, que lhe dá assim, cunho olisiponense bem nítido — pois V. Ex.^a é o representante de nossa Cidade, a cuja Câmara Municipal — a que me honro de pertencer como Vereador — preside tão distintamente, em tarefa meritória há mais de quinze anos e «ad multos annos» para continuado proveito desta nossa terra.

Por intermédio de um amigo comum, meu e desta Casa, fui consultado, sobre se aceitaria a vir dizer aqui, algo sobre Matos Sequeira olisipógrafo e olisiponense.

Acedi a receber o honroso convite da Ex.^{ma} Direcção desta Casa, que representa os obreiros desse baluarte colossal da ilustração e informação pública — A Imprensa — que na divulgação e cultura tem obra meritória a dar-lhe senhoria. Muito o agradeço.

Foi-me, porém, simultâneamente grato e penoso aceitar. Grato, por poder tomar parte activa numa homenagem, ao homem que muito estimo e admiro e que desde os seus desassete anos se dedica a investigar a história da cidade onde nasci; penoso, por reconhecer não ter envergadura intelectual, para bem o poder fazer; mas, se Deus quizer, o reflexo dos lugares que exerço na nossa terra — particularmente nos «Amigos de Lisboa» onde ambos, ele e eu, trabalhamos juntos vai para vinte anos, suprirá as insuficiências do executor desta tarefa.

Falar de Matos Sequeira como olisipógrafo é falar de Lisboa, como falando de Lisboa há que falar de Matos Sequeira.

Em síntese, Matos Sequeira é, nesta época de enciclopédias, dicionários, etc., a personificação humana do volume extra de todas essas obras, que ele supre com o seu saber e cultura, senão com a sua autêntica colaboração e conselho no que a Lisboa se refere.

Em 1902 era já discípulo de Mestre Júlio de Castilho e pouco depois seu colaborador com o capítulo sobre S. Mamede, local onde ainda mora, em velha casa de família, capítulo que se pode considerar a sua primeira obra de vulto sobre Lisboa. Ora, o Visconde de Castilho (Júlio) era então e é ainda hoje o Padre Mestre da olisipografia. Romântico, poético, enternecido em recordações saudosistas, abriu e desbravou o caminho aos vindouros na senda de estudar o passado alfacinha.

Na primeira plana dos discípulos do Mestre teve Matos Sequeira um émulo quase contemporâneo, o engenheiro Augusto Vieira da Silva, mas se este era o matemático de desenho rigoroso, como engenheiro consumado que era e que ainda jovem tenente já estudava magistralmente o Castelo de S. Jorge; Matos Sequeira era e é como o Mestre, romântico, o poeta enamorado de Lisboa, em que a

linguagem de antanho, tem na sua boca, na sua voz e na sua entoação um ressaibo que nem a sua escrita nos sabe traduzir, embora sempre nos encante.

Outros o têm focado já como jornalista — como há pouco o ilustre jornalista e homem de letras, também Amigo de Lisboa Acúrcio Pereira que me precedeu no uso da palavra — homem de teatro, poeta e homem de sociedade, e em todas essas facetas, tem sido notável mas, nesta, da olisipografia além de todo o valor da cultura e saber tem o amor pela terra onde nasceu e tem estudado que sobreleva a vocação que em todas as outras se vislumbra.

Nasceu em Lisboa, foi aluno do Colégio Militar, cursou a Politécnica, diri-



O Dr. Eduardo Neves durante a leitura do seu discurso

giu a Alfândega da Cidade, foi Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, está pois embuído da essência lisboeta desde o nascimento até a acção sublimada pela ilustração e educação do seu espírito.

Sócio das Academias das Ciências e das Belas Artes, decerto actualmente o mais antigo dos sócios dos Arqueólogos Portugueses, Matos Sequeira tem pontificado com brilho em todos os sectores onde tem actuado, mas raro é o sítio e a faceta em que Lisboa não tenha entrado como apropósito, promenor ou assunto primacial.

Bibliógrafo e bibliófilo conhece a fundo o valor venal e o valor literário e histórico da vasta bibliografia portuguesa no campo da arte, da história, da

literatura e sobretudo da olisipografia. Um autêntico erudito, útil e prático, que não confinado ou avaro. A sua ciência é de todos e para todos. Verdadeiro consultor, sempre pronto, em que o estudo e a pesquisa lhe permitem rápido o detalhe ou citação.

Matos Sequeira, como muito bem Hugo Raposo focou na entrevista para o último número do OLISIPO há pouco publicado, vive intensamente Lisboa.

Não resisto de vos ler dessa entrevista um curioso pormenor, e com isso homenagem simultaneamente dois amigos o entrevistado e o entrevistador.

«A maior parte do dia passa-o o Mestre no seu gabinete dos «Amigos de Lisboa» em Vila Nova de Andrade trabalhando afanosamente; e dali ele contempla, como se a estivesse vendo, a Torre de Álvaro de Pais ou o Postigo do Conde. Aí pelas Ave-Marias, arruma os seus papéis numa ordem que o não parece, deixa um cinzeiro enorme cheio de pontas de cigarros, e lá vai ele pela rua Larga a baixo meio cosido com a Muralha Fernandina, torneja para as Portas de Santa Catarina e logo que chega em frente do Tesouro Velho atravessa a Rua para entrar na «Brasileira» a tomar o seu café e reunir-se com amigos de todos os dias.

A boas horas para jantar, não muito tarde, torna a transpor as Portas de Santa Catarina e espera o eléctrico que vai para o Moinho de Vento. Apeia-se um pouco para lá do Colégio dos Nobres, desce à Fábrica das Sedas e entra em casa que é património da família desde meados do século XVIII.»

Das suas obras desde *Depois do Terramoto* até ao *Carmo e a Trindade*, desde as artigos dispersos até às recentes anotações da terceira edição do *Bairro Alto de Castilho* são um poema enternecido a esta cidade de sete colinas, são cartas de amor à luz, à cor, ao bulício, à vida desta cidade de mármore e de granito.

Desde aquele baú de charão donde brotaram as escrituras e documentos que foram a génese dos estudos históricos de Lisboa, até aos Arquivos do Loreto, das Academias e da Torre do Tombo que pélogo enorme de consultas, de leituras e de apontamentos.

E de todo esse rico e enorme manancial nasceram as monografias os artigos e os volumes que sobem à centena e são uma biblioteca.

Em prosa, em verso, em sátira ou sainete, em tragédia ou revista Lisboa tem sido, por ele glosada, escrita e descrita em todos os temas e diapasões.

Na evocação do Leão de Ouro ou do Martinho, no apropósito da agressão a Goa e em tantos outros motivos e ocasiões Lisboa é sempre o tema favorito.

E, além do escrito e publicado, o que é muito, mesmo muitíssimo, avulta o dito, aqui, ali e acolá sempre num improvisado e num apropósito que impresso daria numerosos volumes.

Na apreciação duma conferência de arte, quando o orador parecia ter dito tudo, foi ele que fez a lição com novidades de interesse; na apresentação doutro conferente, fez-lhe a conferência, deixando-o naturalmente, como em conversa amena, sem tema.

É assim o homem, exuberante, completo, de saber espontâneo.

Sabe Lisboa de cór.

E não se diga que na sua profissão de jornalista não é também olisipógrafo especializado; sobre ser redactor dum dos mais velhos e maiores diários lisboetas é Director do OLISIPO órgão dos «Amigos de Lisboa» já com desanove anos de existência e setenta números trimestrais publicados.



Matos Sequeira no momento em que agradecia a justa e oportuna homenagem que lhe foi prestada na Casa da Imprensa

Matos Sequeira é sempre Lisboa, nos Amigos como no Chiado. Em 1955 como em 1900 ou 1800 ou mesmo antes do terramoto, período, até que ninguém melhor do que ele conhece e sabe.

Para ele Lisboa não tem segredos, desde que nasceu nos socalcos do Castelo com o seu Tejo aos pés, só o terá talvez no que nela tem nascido com ele. Não saberá onde é a Praça Manuel da Nóbrega ou onde termina a Avenida de Roma, mas sabe concerteza o que lá foi ou o que lá era.

É ver o carinho com que nos Arqueólogos, visitando os arredores de Lisboa ia carreando materiais para a velha secção olisiponense, então presidida por Júlio de Castilho e a que pertenciam Artur Lamas, O'Sullivan, Vieira da Silva, Mena, Jesuíno Ganhado e outros. É ver, como aconteceu pressuroso com Pastor de Macedo, conosco, os irmãos Mac-Bride e outros a fundar em 1936 os «Amigos de Lisboa»; como aparece reconstituindo o mercado do século XVII no Largo de S. Domingos ou o Pavilhão de Santo António na Exposição do Mundo Português.

E agora na tarefa ingente, que só ele, poderia realizar, de continuar os *Oito Séculos de História* na reconstituição em «maquette» de Lisboa depois do terramoto, obra grandiosa que virá «per soecula» honrar o seu nome por a levar a cabo e ter tido a iniciativa de a realizar.

Para todos os lados onde a história educativa ou descritiva da cidade esteja em causa aparece Matos Sequeira e se não aparece, há que procurá-lo, porque traz sempre um pormenor, uma ideia ou uma citação que ainda não tinha sido exposta ou vista.

As Belas Artes como a História apaixonaram-no sempre e daí o seu valioso contributo a esses ramos, que servidos simultaneamente com o seu saber e o seu culto entusiasmo tanto tem sabido honrar.

Bem andou, pois, esta Casa em comemorar o 50.º aniversário da sua entrada para a apaixonante e febril profissão de jornalista, homenageando o homem a que Lisboa tanto deve no desvendar da sua história e no seu desenvolvimento cultural e artístico.

Sério, seco e sereno, vivendo o Chiado e o Rossio com Tinop, Gualdino Gomes e Norberto de Araújo — outros poetas apaixonados pelo mesmo tema — Matos Sequeira trocado às vezes o seu chapéu característico, pela boina basca, cómoda mas inestética, tem os seus ressaibos boémios, como de uso na época, e daí mais uma faceta com a sua história anedótica que entremeada com a sua graça peculiar, seu genro não deixará de focar e que também é olisiponense na essência e na localização.

Estão a terminar os vinte minutos propostos e se para Matos Sequeira seriam precisas vinte horas, pelo menos, para focar com critério a sua actividade de meio século, desta síntese, tipo Selecções, de que aliás, nada gosto, mas que as circunstâncias fizeram usar, fica o escorço vago do que tem sido, do que o melhor fica por dizer, por insuficiência do biógrafo, mas que se advinha e vislumbra, como era de uso, nas evocações da época romântica de antanho em que nasceu.

Quero terminar, saudando ainda, e faço-o saudando respeitosamente a ilustre senhora, aqui presente sua Ex.^{ma} Esposa, que com os seus dotes e as suas virtudes tem sido a inspiradora nata e a acalentadora do seu amor a esta outra dama que desde novo também tanto tem amado e que se chama a nossa LISBOA.

Com esta transcrição presta OLISIPO homenagem ao seu querido Director cuja figura como apaixonado e culto historiador de Lisboa o nosso Secretário-Geral tão bem soube focar.

A Redacção

OS BANHOS da ROCHA DO CONDE DE ÓBIDOS

por ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

O forte de S. João de Deus, um dos elementos do sistema defensivo delineado, no reinado de D. João IV, para a protecção da margem direita do Tejo entre Alcântara e Xabregas, assentava próximo da base da chamada Rocha do Conde de Óbidos um pouco a poente do local onde hoje existe um pequeno edifício de singela arquitectura e que, durante muitos anos, serviu de sede a uma repartição municipal de aferição de pesos e medidas e agora abriga um posto dependente da benemérita Cruz Vermelha Portuguesa.

Era o referido forte de planta rectangular, dispondo a plataforma de três baterias das quais uma virada a Sul, e as outras orientadas, respectivamente, a nascente e a poente. A primeira batia a zona do rio ao seu alcance; a segunda e a terceira batiam as praias limítrofes, podendo ainda a última cruzar fogos com o forte do Sacramento, ou baluarte da Alfaroqueira como também foi conhecido. Aquando da vistoria aos fortes da Repartição de Lisboa, levada a efeito em 1751 por Eugénio dos Santos Carvalho, era patente o estado de ruína em que o forte se encontrava e do qual, além disso, se tinham quase completamente assenhoreado os vizinhos padres do Convento de S. João de Deus. A muralha do lado do rio tinha, em grande parte, abatido por acção das águas e estava sem parapeitos. Os corpos de guarda e as plataformas praticamente também já não existiam.

Mais tarde, no reinado de D. Miguel, mas em data impossível de

precisar, estava o forte cheio de terra e utilizado como horta pelos condes de Óbidos, cujo palácio era confinante.

Por começos do século passado as coisas corriam, porém, de forma diferente. Dentro do forte, que possivelmente havia sido reparado por necessidades derivadas da guerra peninsular, foram construídas, com dinheiro proveniente da repressão do contrabando, várias casas destinadas umas a aquartelamento de uma guarda militar e outras a abrigo dos oficiais que no mesmo forte se concentravam para a distribuição das rondas de mar e terra e para ser destacados para a guarda do paquete. Algum tempo depois, tendo sido modificado e simplificado o sistema de rondas e de guardas ao paquete, foram as casas abandonadas pela Superintendência Geral dos Contrabandos e Descaminhos dos Reais Direitos. A Real Junta do Comércio, de quem aquela dependia, chamou então as referidas casas à sua administração directa e deu de arrendamento um dos armazéns.

Em 1812 um médico de nacionalidade britânica — o dr. Joseph Collurne, então residente na Rua Direita de S. Francisco de Paula — servindo-se, possivelmente, da influência que então exerciam, sobre os nossos assuntos internos, alguns seus patrícios ou, ainda, de valiosos padrinhos de que dispuzesse, mandou efectuar obras nalgumas dependências do forte. O seu fim era o de instalar ali um serviço de banhos quentes de água salgada — e que limpa e bem cheirosa deveria ser a água do rio captada naquele local — destinados ao tratamento de enfermidades reumáticas, terapêutica essa em que depositava, segundo dizia, grandes esperanças.

Mas, não sabemos bem porquê, aparece, em 22 de Julho do mesmo ano, D. Miguel Pereira Forjaz a determinar ao desembargador João Manuel Guerreiro Amorim que, juntamente com o tenente-coronel de engenharia Duarte José Fava e agregando os louvados que julgasse necessários, efectuasse uma vistoria às obras que o dr. Collurne tinha levado a efeito no forte. Em 28 foram notificados, pelo escrivão Sousa Morais, os louvados: architecto das obras públicas da cidade Francisco Xavier Fabri, e os mestres pedreiro Inácio Soares e carpinteiro Manuel António.

Duarte José Fava foi activo e competente official de engenharia, a quem se ficou devendo um minucioso levantamento topográfico da cidade de Lisboa, efectuado em 1807 e reproduzido numa bem conhecida planta desenhada com notável perfeição. Em 1809 trabalhou nas obras das baterias para a defesa próxima de Lisboa, segundo o plano do marechal



Aspecto da Rocha do Conde de Óbidos antes das obras do Aterro, vendo-se a meio, junto à praia, o forte de S. João de Deus.

(da colecção Ed. Portugal)

de campo José Morais Antas Machado. Por 1820 desempenhava as funções de intendente das obras públicas, intendente-geral e inspector dos quartéis e, ainda, deputado da Real Junta da Fazenda dos arsenais do Exército.

O architecto italiano Francisco Xavier Fabri, que com o seu colega português José da Costa e Silva elaborou o primitivo projecto do palácio real da Ajuda, dirigiu em 1805 as obras de adaptação, segundo o seu risco, de dependências da Torre de S. Julião da Barra a depósito de trânsito de degredados para os presídios ultramarinos.

A vistoria teve lugar logo no dia imediato ao da notificação e para a ela assistir foi convocado o dr. Collurne, que compareceu. Alegava este haver despendido com as obras 4.000 cruzados mas a verdade é que os

louvados foram de opinião, fundamentada com medições, de que o custo daquelas não deveria ter excedido 823\$570 réis. No relatório, logo datado de 31, que dirigiu à Superintendência dos Contrabandos era de parecer, o desembargador Amorim, que as casas podiam ser arrendadas para o fim a que o dr. Collurne as destinava, pelo preço anual de 110\$000 réis o «quarto baixo», por ele reparado, e o armazém e o «quarto alto» por 60\$000 réis, também anuais.

Cautelosamente, talvez por ter pressentido que por detrás dos banhos qualquer outro propósito se esconderia, acrescentava o magistrado que o forte, pelo local em que se encontrava situado e ainda por existir nele um cais que permitia a atracação a qualquer hora da noite quando houvesse maré, se prestava à introdução de contrabando, o que não poderia deixar de ser prejudicial para a real fazenda. Propunha que no forte fosse conservado um guarda, e que este tomasse conta das chaves para o abrir e fechar às horas que fossem estabelecidas e ficando, ainda, à sua responsabilidade as armas e utensílios ali existentes desde o tempo em que numa das casas se recolhiam presos. Finalmente, opinava que o dr. Collurne não deveria fazer mais obras sem que para tal fosse expressamente autorizado, que o contrato de aluguer se rodeasse de todas as seguranças, e que do preço do arrendamento fossem deduzidos anualmente os juros do capital de 823\$570 réis investido pelo pretendente a arrendatário nas benfeitorias por ele levadas a efeito.

Por despacho da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, de 3 de Agosto do mesmo ano, foi determinado à Real Junta do Comércio que celebrasse a competente escritura de arrendamento observando, para o efeito, tudo quanto o desembargador Amorim propunha no seu relatório.

Mas a Junta é que não estava lá muito de acordo e, assim, a 17 de Setembro, invocando o «zelo com que procurava distinguir-se no real serviço», submeteu à ponderação superior as considerações seguintes:

1.^a — Que o arrendamento, tal como tinha sido mandado lavrar, era prejudicial aos interesses da fazenda.

2.^a — Que não se especificando naquele qual o prazo da sua duração, poderia reputar-se limitado a arbítrio do arrendatário, para o dar por findo quando muito bem entendesse e, pelo contrário, ilimitado para a fazenda dificultando a esta servir-se do forte quando as circunstâncias o impuzessem. Propunha pois que o arrendamento tivesse uma duração de 6 anos a contar da data em que o dr. Collurne havia entrado no usufruto

do forte, no qual se conservava sem, para tal, possuir título legítimo. O arrendamento só poderia ser denunciado, por qualquer das partes, com seis meses de antecedência.

3.^a — Que não lhe tendo sido dado conhecimento do resultado dos exames e vistorias, não era possível, à Junta, concluir se as rendas propostas estavam em relação com a utilidade e merecido rendimento do prédio a arrendar. Sugeria, portanto, que o montante da renda fosse fixado por uma vistoria judicial, aquela paga aos semestres como era da lei e devidamente afiançada. A despesa com o guarda deveria ser incluída na renda.

4.^a — Que o mesmo se verificava com o valor das chamadas benfeitorias feitas no forte e avaliadas em 823\$570 réis, importância que a Junta julgava não corresponder a um valor real e efectivo, sobretudo quando se procurava constituir um capital próprio do arrendatário incluído numa propriedade alheia e vencendo juros indefinidamente. Que, além disso, o reconhecimento do direito aos juros, supondo a existência de um capital do dito Collurne, poderia levá-lo a exigir não só o seu reembolso como ainda o pagamento dos juros a título perpétuo, tanto mais que se pretendia considerar as obras como benfeitorias quando, afinal de contas, não eram mais do que malfeitorias e estorvos que seriam até susceptíveis de empecer os fins a que verdadeiramente o forte se destinava. Propunha que a renda fosse «líquida e pura», sem qualquer espécie de desconto, e muito menos dos juros correspondentes a um capital duvidoso referido a umas obras de que só o arrendatário poderia obter benefícios.

5.^a — Que sendo o montante total da renda de 170\$000 réis anuais e descontando-se desta os juros no valor de 41\$178 restavam apenas 128\$822 que não chegavam para pagar ao guarda cujo vencimento era de 146\$000. Havia, portanto, uma diferença para menos de 17\$178, encargo este que a Junta não podia suportar dada a carência de meios financeiros. A operação, como se demonstrava, nenhuma vantagem trazia para a Real Fazenda visto que esta além de alienar uma sua propriedade ainda teria de desembolsar parte do vencimento do guarda.

6.^a — Finalmente, era seu parecer que o arrendatário se deveria expressamente obrigar a demolir as obras consideradas inúteis para o forte, repondo tudo no seu primitivo estado, uma vez findo o arrendamento. Por esta obrigação deveriam responder os seus bens na alternativa de oferecer fiadores.

Sobre esta consulta, que foi assinada por Cipriano Ribeiro Freire, José Acúrcio das Neves, Francisco José Dias e António José da Mota,

com voto do deputado Manuel da Silva Franco, recaiu, em 16 de Outubro, um despacho mandado se procedesse de acordo com o conteúdo da mesma, exceptuada a parte final. Em 31 de Março de 1813 foi lavrado o contrato de arrendamento por «termo judicial». Mas logo a 6 de Agosto do mesmo ano anunciou o Collurne na *Gazeta de Lisboa* a sublocação de um armazém «com saída e desembarque para o mar». O negócio dos banhos, ou do que quer que fosse, não correspondeu talvez às esperanças do dr. Collurne. A Junta estava atenta e obteve a 16 do mesmo mês um despacho impedindo a sublocação. O arrendatário pretextando que o facto de se haver mudado para a Rua do Corpo Santo não lhe permitia, sem manifesto prejuízo dada a distância, acudir aos banhos com a necessária assiduidade, requereu lhe fosse permitido desistir do arrendamento. A Junta apressou-se a manifestar o seu acordo à desistência «com a qual ficava evitada a perigosa devassidão do forte de S. João de Deus».

Deixaram, então, os banhos quentes da Rocha do Conde de Óbidos de contribuir para o suposto alívio dos reumáticos e, quem sabe, para a prosperidade de alguns candongueiros. E o velho forte, de nulas tradições militares, acabou também por desaparecer, sob os golpes da picareta demolidora e as exigências, por vezes irreverentes, da urbanização.



OS VELHOS PALÁCIOS da RUA DA JUNQUEIRA

Conferência proferida na Sede do Grupo "Amigos de Lisboá" em 26 de Abril de 1951 pelo seu Autor, o
- † DR. FREDERICO GAVAZZO PERRY VIDAL

SEMPRE, desde muito criança, a Rua da Junqueira me encantou, com a sequência dos seus formosos palácios; e digo, desde muito criança, porque habitando na quadra estival desde o ano seguinte àquela em que nasci, ou seja 1890, em Pedrouços, onde era então ainda muito distinto residir-se no Verão, praia de banhos quase única, pois só no terceiro quartel do século XIX começou a ser preferida por Cascais, em virtude do grande amor que a essa antiga praça militar tinha El-Rei D. Luís I, apaixonado marinheiro, me fui habituando a passar por essa via aristocrática e então quase arrabaldina no ronzeiro «americano», ou, por vezes, de carruagem, a caminho da nossa casa de Pedrouços, ou em «vindas a Lisboa», como então se dizia. Mais tarde, dois anos depois, resolveram meus pais transferir a sua residência anual para Pedrouços, e por causa da minha saúde, indo habitar a parte oriental do palácio dos marqueses de Viana, por ter essa parte ficado desocupada pela morte da 2.^a Sr.^a Marquesa que nela vivia, ocupando a outra o Sr. Marquês com suas duas filhas, com passagens pelo interior e pelo terraço, que só foram fechadas ao determinar o tutor das proprietárias do palácio, pela morte do Sr. Marquês, como acto de boa administração, alugar essa parte, que tinha 23 divisões, um enorme terraço, direito a celebração de Missa na capela e usufruto do pátio de entrada, onde, apesar de semeado de árvores, antigas e frondosas, cabiam à vontade doze carruagens.

E, depois de algum pouco tempo de estar essa casa devoluta quem a alugou foi meu pai, tendo ali todos nós vivido até Novembro de 1910, num largo período de quase 18 anos, em que, tantas, tantíssimas vezes percorri aquela Rua da Junqueira, por fim,

desde 1906, já de «eléctrico», caminho do Liceu do Carmo, onde fiz todo esse meu primeiro curso.

Como me lembro bem, nas horas matutinas ver entrar no carro, logo adiante, caminho das aulas, o vice-cônsul da Grã-Bretanha em Belém, o Sr. Charles James French Duff, acompanhando sua filha, que então andava estudando na Baixa e é hoje a esposa do meu velho amigo e antigo condiscípulo D. João de Portugal e Castro.

Como me lembro de, no Bom Sucesso (e algumas vezes no comboio das oito da manhã), entrando naquele apeadeiro mesmo em frente da Torre de Belém e que meu pai conseguira da Companhia, de entrarem os meus amigos de sempre José Henrique de Sousa Teixeira, ainda há bem pouco falecido, funcionário superior, muito distinto do Ministério das Finanças, e Diogo António Maldonado de Sousa e Holstein de Pina Manique Nogueira de Matos de Andrade, felizmente vivo, e representante actual do grande Intendente. Depois era o adeusinho às pequenas e aos pequenos Ermitões, que moravam no Altinho, e que, em molhos (eram sete), atulhavam as janelas do prédio em que moravam, com nomes e *sobriquets* esquisitos: a Flávia, a Pancha, a Laranjinha, a Macã, a Martina, o Marcial e o Meninai. Logo a seguir, nas casas do Paizinho, a família Costa Cabral, o Sr. Coronel Francisco de Assis da Costa Cabral, um dos mais novos dos muitos filhos do Marquês de Tomar e que assim se chamava por ser afillhado do Rei Consorte da Espanha, Francisco de Assis, marido e primo de Dona Isabel Segunda. Tudo isto era do lado esquerdo, do lado norte da rua, porque do lado sul, lembro-me muito bem daquele aglomerado que, sem ser pròpriamente um palácio, é uma grande casa, e foi o antigo forte S. Sebastião da Junqueira, que tão bem me lembro de ter nas esquinas, enterradas ao alto, grandes peças de artilharia, de bronze, guardando a entrada, que então ainda não tinha o feio portão e grade que depois lhe puseram. Ali vivia então, antes de ir pastorear Filadelfia, o curioso e distinto Bispo de Trajanopolis, filho natural de el-rei D. Fernando, e que de luvas roxas, anel episcopal por cima da luva, e chapéu de pêlo com borlas verdes pendentes, se dignava de andar nos «eléctricos», ali vivendo então com um irmão seu, creio que general reformado, D. João, que por essa época morreu fazendo-lhe seu irmão um dos mais pomposos enterros que tenho visto e o de mais fausto a que por certo concorri, com berlindas D. João V, puxadas por muitos pares de cavalos todos ajaezados, e com sotas vestidos em grande estilo. Também ali vivia uma irmã destes dois grandes senhores, a senhora D. Helena Read da Silva, que creio também ali veio a falecer.

Quanta vez fui à missa à Capela de Nossa Senhora do Monte Carmo, onde ainda há felizmente culto, e em que o Senhor Bispo chegou a officiar bem perto já das três horas da tarde!

Nesse mesmo casarão viviam em outras partes, o conselheiro Doutor José Joaquim de Mendonça Cortez, que fora Lente de Direito

da Universidade de Coimbra, Par do Reino, em casa de quem vi pela primeira vez mapas em relevo, feitos por S. Ex.^a, e funcionar um cinematógrafo, com fitas muito curiosas.

O conselheiro Mendonça Cortez, que, mesmo recebendo as suas visitas, usava uma espécie de balandrau branco, parecido com um grande bibe de criança, era um homem muito curioso, e em sua casa se deram algumas representações num teatrinho por ele arranjado em que figuravam algumas pessoas do sítio. Ainda numa outra parte do casarão habitava um médico muito conhecido no sítio, com a mulher e uma filha que sempre ficou solteira, o Dr. Perdigão, bom médico e melhor conquistador, que só veio a morrer há uns dois anos talvez já com noventa e muitos, mas sem que por isso tivesse perdido a pecha das conquistas amorosas.

Um pouco mais atrás, no segundo andar do n.º 320, do outro lado, porém, vivia a família Alves Ribeiro, onde se fazia música constantemente, se tocava os dois pianos e se faziam ouvir pessoas de família e de fora, em violoncelo, rabeca e flauta e onde se cantava muito, organizando-se, pelo menos uma vez por semana, belos, verdadeiros e autênticos concertos, em que tocava, não muito bem, diga-se a verdade, o almirante Augusto Maria Osório, em que mostrava a sua bela voz de baixo o Sr. Vitoriano Estrela Braga, admirável nas gargalhadas do «Fausto», em que cantavam, com suas belas vozes de barítonos o Sr. João Anselmo Figueiredo de Barros e o Dr. António de Azevedo Meireles, médico do Paço, e em que mostrava os seus belos dotes de *mezzo-soprano* a filha dos donos da casa, a Sr.^a D. Niná, tocando em frequentes concertos, com a dona da casa, a Sr.^a D. Jesuína Moreira Alves Ribeiro, sua irmã Sr.^a D. Adelaide, a filha e uma neta, que era então quase uma criança, e é hoje ainda felizmente viva, a Sr.^a D. «Mana», como todos nós a conhecíamos. Que inolvidáveis noites essas. A certa altura entrava o bando do Sr. General, Conselheiro Conde de Sousa e Faro, com as suas quatro filhas solteiras ainda todas, e dois filhos, D. Carlos e D. Luís, o mais velho dos quais, morreu solteiro há pouco tempo, usando o título de Conde de Povolide.

Não faltava o conselheiro José Estêvão de Morais Sarmiento, grande, alto e forte, então director do Colégio Militar, casado com a nossa prima D. Adelaide da Ponte Tavares.

Depois era o Dr. Sousa e Faro, grande bridgista, com a mulher, as duas filhas e os dois filhos, um deles o hoje almirante José de Sousa e Faro. Desta família aparecia ainda a Sr.^a D. Matilde Carneiro de Sousa e Faro de Ayalla e a Sr.^a D. Júlia de Sousa Faro, casada com o Sr. José Duarte da Silva e Melo; que nos deliciava com as suas recitações. Aparecia também o general Torcato Ezequiel dos Prazeres Machado, com seu filho, a sua nora, a linda Julieta Pons, muitas vezes acompanhados do velho pai desta, Mr. Charles Pons, professor de francês do Colégio Militar, e já muito velho. Ali, ainda algumas vezes

me lembro de ter cantado minha mãe, que era um muito razoável *mezzo-soprano*, antiga discípula de Napolione Velani, e companheira nos estudos de canto da nossa grande Regina Paccini, que pelos acasos da fortuna e da sua bela voz, veio a ser a mais rica senhora da República Argentina, pois casou com Marcelo de Alvear, que, depois de ser Embaixador em Paris, terminou a sua carreira política como Presidente da República.

Mas ainda me lembro de ver nessa casa, tão castiçamente portuguesa, o gotoso general Castilho e o velho Fernando Bomtempo, que morava em Belém, e era raro faltarem.

Dantes eram correntes estas íntimas reuniões nocturnas em Lisboa, e de mais algumas me lembro ainda na Junqueira, a que tantas vezes concorri: As quartas-feiras da Sr.^a D. Maria do Carmo da Costa Cabral, casada com o coronel a que já acima me referi, em que geralmente só se fazia conversa, mas com uma sociedade muito escolhida, e as da casa do conselheiro, juiz aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Ricardo João Pimentel Baptista, natural da Figueira da Foz e próximo parente do Conde do Paço da Figueira, que, sendo viúvo, e tendo uma só filha, vivia na casa do Altinho onde hoje está a Escola Latino Coelho. A filha era a Sr.^a D. Ricarda, casada com o, então, capitão Manuel Rodrigues Ermitão, que veio a morrer general e foi em vida um dos homens mais feios que tenho conhecido, casado com uma senhora, talvez a mais bonita que os meus olhos têm visto, e era já mãe de seis filhos, quando a conheci, nascendo-lhe naquela casa a última filha, a Laranjinha, como era conhecida. Ali apareciam muitas das pessoas a que já atrás me referi, em que era assíduo o Bispo de Trajanópolis, para as partidas de bridge, de que fora o introdutor em Portugal, os Condes do Paço do Lumiar, o, então, alferes, Marquês de Belas e o Padre Anão, capelão do Exército e o mais tremendo folgazão que tenho conhecido e que, a certa altura, já não podendo mais conter-se, ía ao gabinete onde se jogava o bridge, ajoelhava aos pés do Bispo de Trajanópolis e pedia-lhe licença para dançar. E então nunca mais parava, magro, alto, esgalgado, com uns olhos muito vivos e uma sobrecasaca de grandes abas, fazia movimentar todas aquelas raparigas, que, diga-se a verdade, valsavam muito bem.

Mas, minhas Senhoras e meus Senhores, afinal é tempo de começar a falar-lhes, a dizer-lhes alguma coisa desses palácios da Junqueira, que foi para o que eu aqui vim, e, afinal, puz-me a falar dessas festinhas tão simpáticas que na Junqueira se davam e que eram tão interessantes, onde se serviam sempre umas ceias de chá e bolos, em que superabundavam sempre as do coronel Costa Cabral, onde eram servidos pratos de alta cozinha e bolos de alta copa, e que eram verdadeiras delícias, acompanhadas de muito bons vinhos e de óptimo chá.

Vindo de Belém para a Baixa, a primeira parte da Rua da Jun-

queira, aquela que termina no Altinho, não tem pròpriamente palácios, se não se quiser falar na bela casa onde reside há já muitos anos o meu querido amigo Sr. Coronel Costa Veiga, e a que, do outro lado, foi a residência do Sr. Manuel Pereira e de sua esposa, conhecidos



Grupo de arqueólogos e amigos da arqueologia que no dia 1 de Dezembro de 1919 visitaram o palácio e a quinta de Ega, na Junqueira — antiga cabeça do morgado da Junqueira, dos Saldanhas. Palácio e quinta pertenciam, ao tempo, ao Conde da Folgosa, que tudo vendeu ao Estado. Construído o Hospital Colonial, cedeu o Estado, da quinta, a maior parte para a construção dum bairro, daí resultando acabar a mais bela propriedade aristocrática que existia dentro de Lisboa. Na gravura vêem-se:

Sentados: Augusto Cardoso Pinto de Queiroz, Dr. Artur Lamas, Dom José Pessanha, Conde de Almarjão e José Queiroz.

De pé: Rodrigues Simões, Francisco Horta Gavazzo, Dr. Félix Alves Pereira, Dr. Santos, Dr. Eduardo da Cunha e Costa (Picoas), João José Pinto, General José Emílio Castelo Branco, Dr. Alberto Osório de Castro, Dr. Eduardo Pimenta, Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal, Mário Leitão Veiga e Jesuino Ganhado.

por vários ápodos, e que já desaparecerem da cena portuguesa há um bom par de anos.

A casa que a esta se segue, a que já me referi não é pròpria-mente um palácio. Era o antigo forte de S. Sebastião ou da Estrela, dado ao 3.º Marquês de Angeja por El-Rei D. José, quando, pelo terramoto, ficou com as casas de Lisboa arruinadas, e que, desprovido de um pequeno terraço do lado do nascente que deu origem em parte

ao moderno Largo do Marquês de Angeja, apresenta, no entanto, ainda hoje uma bela aparência. Essa casa veio a ser vendida, segundo creio, por uma Condessa do Lavradio, que era Angeja de nascimento, ali residindo algum tempo o Visconde de Almeida Garrett. Na parte da frente ali morou e ali faleceu o Sr. Juiz Dr. Mourisca, ali vivendo sua filha e genro, e, no interior, o meu presado amigo Sr. D. José Inácio de Castelo Branco com sua família, e ainda uma outra família de quem me não recordo o nome.

Ora propriamente *palácio*, o primeiro com que topamos, do lado do norte (que do outro não os há) é o velho casarão, no gosto dos palácios portugueses do século XVIII que, no geral, eram apenas uns enormes edifícios, com dois, e às vezes, com três pisos, tendo de um lado um grande portão e do outro a capela. Não foge este primeiro palácio que encontramos do lado norte, quando se desce a caminho de Santo Amaro, à norma aludida. Tem três pisos, rés-do-chão, primeiro e segundo andares, com muitas janelas, as do andar nobre de sacada e as do rés-do-chão e do andar superior todas de parapeitos.

Do lado oriental o seu grande portão, com grande escadaria de pedra, do ocidental a capela, que quase se não percebe, tal a pobreza da arquitectura, da invocação de S. João Baptista, abrindo-se-lhe ainda antes um grande portão, sempre escancarado, por onde se vê um grande pátio, onde eram as antigas cocheiras e a serventia para um grande quintalão, com horta e pomar que se estendia pela encosta acima. Era este o palácio que o irlandês John George edificou, alguns anos depois de para aqui ter vindo, em 1703, afastado da sua terra por causa das lutas religiosas, como tantos seus patrícios, bons católicos, para aqui vieram por essa época, contando-se entre eles os descendentes dos antigos Reis da Irlanda, os O'Neill, que aqui se estabeleceram e ramificaram grandemente. Disse o meu presado e erudito amigo Sr. Mário de Sampayo Ribeiro, na sua bela conferência *Do Sítio da Junqueira*, há anos proferida no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa, que John George viera no ano acima assinalado para a capital, instalando-se primeiramente no arrabaldino Pedrouços, morando depois em Belém, devendo ter vindo com o Bispo de Cork, João Baptista Sleyne, sendo «armador de navios e comerciante por atacado». É curioso que este lado ocidental da proximidade de Lisboa parecia ser interessante aos habitantes da Irlanda, talvez porque aqui houvesse já, fundado em 1626, o Convento das Freiras Dominicanas Irlandesas, de Nossa Senhora do Bom Sucesso, que foi fundado por D. Iria de Brito, primeiramente Condessa da Feira, pelo seu casamento com D. Manuel Pereira, 4.º conde, e depois segunda vez casada com o 1.º Conde de Atalaia, D. Francisco Manuel, de ambas as vezes sem sucessão, filha herdeira de João de Brito, conforme digo no meu trabalho, publicado nos n.ºs 3, 4 e 5 da Revista *Olisipo*: «Vista panorâmica de Lisboa, datada de 1763». E noto esta preferência porque também meu 4.º avô John Perry, natural de Cork, em 1777 vindo

para Portugal, foi em Belém que primeiramente viveu, sendo muito católico, e tanto, que foi pouco depois feito Familiar do Santo Ofício. Este John Perry era filho de outro do mesmo nome, que morava na cidade de Cork, onde casou com Mery Kent, daquela cidade, filha de Dionísio Kent, casado com Marta Murphy. Ora por essa época vivia em Lisboa um padre católico, Eduard Murphy, que, voltando à Irlanda ali morreu Bispo de Dublin. E quem nos diz que não haverá aí parentesco com o célebre James Murphy o autor do *Travels in Portugal* e daquele belo álbum sobre o Mosteiro da Batalha, dada a tendência para a engenharia, arquitectura e cartografia que se revelou, num bisneto daquele John Perry, que veio para Lisboa e foi o meu avô paterno, Frederico Minio Perry Vidal, autor do Mapa de Portugal, com 6 edições, de duas plantas de Lisboa, de duas plantas do Porto, da planta de Estremoz, dos almozarifados do Alentejo da Sereníssima Casa de Bragança, dos riscos para os palácios daquela Casa na Rua António Maria Cardoso, e de um álbum com os frontespícios dos palácios da Real Família e uma notícia histórica sobre cada um deles, oferecidos a El-Rei D. Fernando e que consta ter sido furtado do seu gabinete.

Tendo feito este primeiro George, ou Jorge à portuguesa, grande fortuna, construiu pelas trazeiras da Rua da Junqueira, entrando pela hoje Rua das Casas do Trabalho, toda uma travessa de pequenas habitações, ou ele ou seu filho primogénito e principal herdeiro, Paulo Jorge, que deu o nome à travessa, e também ao magnífico vinho de Carcavelos, nectar generoso das suas propriedades daquele lugar arrabaldino que transmitiu a filhos, netos e bisnetos e ainda hoje gosa de justa e merecida fama. Ainda conheci, em 1911, indo veranejar com minha família para Carcavelos, uma distinta senhora daquela família que era por sua mãe Couto Valente, aparentada portanto com a mulher de meu tio Francisco Romano Gavazzo, a Sr.^a D. Júlia Cândida do Couto Valente da Fonseca Suzarte da Ponte e Horta. Lembro-me perfeitamente de ter visto essa senhora, na sua bela casa de Carcavelos, onde me ficaram de memória umas enormes e velhas jarras da Índia, quase da minha altura que essa veneranda senhora tinha na sua grande sala de visitas.

Este palácio sei que pertence hoje ao meu ilustre amigo, o Sr. Dr. Francisco Vieira Machado, que foi há anos ministro das Colónias, habitando há muitos anos o primeiro andar a Sr.^a Condessa do Restelo, viúva do 2.^o conde, que ali morou também e ali faleceu, talvez ali tendo nascido as suas duas únicas filhas, D. Maria Leonor, que casou com o meu bom amigo e discípulo Dr. José da Costa Barros, com direito ao título de Visconde de Alvelos, funcionário superior do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, a qual senhora faleceu nas Caldas da Rainha, uma das primeiras vítimas que a célebre pneumónica ceifou, deixando um filho de tenra idade que é hoje o meu amigo Pedro Alvelos, com

direito por sua mãe ao título de Conde do Restelo. A outra filha dos 2.^{os} Condes do Restelo é a Sr.^a D. Maria Felismina Franco, casada com o Sr. Dr. João da Costa Falcão, que vive em Lisboa, na Rua Mouzinho da Silveira, com muita descendência.

No 2.^o andar viveu ali muitos anos e ali morreu o meu amigo Carlos Müller Kjölner, de família dinamarquesa, casado com a Sr.^a D. Maria Amélia de Sequeira de Bettencourt Goulart, que, tendo tido uma filha única, ali vive com sua mãe, com seu marido, o meu amigo Sr. Raul Worm, dois filhos e uma tia.

Logo a seguir, e depois do «prêdiazinho místico ao terraço», em que «morou durante vinte e cinco anos, de 1783 a 1808, o famoso poeta Nicolau Tolentino de Almeida», como diz o Sr. Mário de Sampayo Ribeiro, *loc. cit.*, e já dissera o Visconde de Sanches de Baena, in *Memórias de Tolentino*, segue-se uma casa velha de boa aparência, com uma interessante chaminé na trazeira, mas que se vê da rua, e que, como nota o Sr. Sampayo Ribeiro, pertencia então a uma senhora de apelido Balteiro e fora propriedade de um certo Manuel de Faria, que possuía prédios também em Belém. Para aquela casa fora morar o cirurgião-mor do Reino, cavaleiro da Ordem de Cristo e cirurgião da Câmara de el-rei, José Soares Brandão, em Agosto de 1758, di-lo o Sr. Sampayo Ribeiro. E foi ali que D. José se foi curar do ferimento recebido na noite de 3 de Setembro daquele ano de 1758. Nessa casa, que tem cinco janelas no primeiro andar e um grande terraço, está instalada há muitos anos a Sociedade de Recreio Alunos de Alves Rente.

Depois de um prédio muito feio, de azulejo, e torto, porque tem mais uma janela de um lado que do outro, segue-se a bela casa-nobre do principal Lázaro Leitão Aranha, por muitos reputada a mais linda vivenda da Rua da Junqueira, com o que contudo eu não posso concordar, pois acho muito mais belo o palácio de Diogo de Mendonça Corte Real, a Quinta das Águias, como lhe chamam, e muito mais senhoril o antigo palácio dos Patriarcas, depois do Conde de Burnay, e dos quais falaremos adiante.

Mas é, sem dúvida nenhuma, esta uma bela vivenda, feita por pessoa de gosto e numa época em que o gosto era alguma coisa em Portugal, porque era quem a fez nada menos que um Principal da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa, o que equivalia a ser quase um bispo, homem que vivia bem, tinha o seu brasão, gravado a ouro, no estojo da sua mitra branca, que tão bem me lembro de ver em casa do erudito e interessante cavaqueador que foi Júlio Mardel, entre os objectos da sua elegante colecção de bric-a-brac, no rés-do-chão do Largo dos Loios, onde algumas vezes fui e onde se juntava uma selecta companhia de pândegos, entre eles os Duques de Lafões, D. Caetano e D. Afonso, o Marquês da Foz, e seu filho, o falecido conde de este título, o Conde de Mafra, de quem guardo tão grata memória porquanto meu amigo se mostrou sempre até à morte, tão

permatura, meu tio Francisco Gavazzo, um dos mais extraordinários e interessantes cavaqueadores que tenho conhecido, etc.

Era pois o dono dessa casa, o Principal Lázaro Leitão Aranha, pessoa com certeza de bons haveres, que fez aquela residência para ali viver os últimos anos da sua vida faustosa, que tinha para o lado do nascente um bom pedaço de terreno, decerto com jardim, que adornava a residência também pelo norte, terras em que, muito mais tarde e já nos nossos dias, se levantaram aqueles dois enormes prédios, que foram durante anos em tudo iguais, depois diferenciados porque um se cobriu de azulejos verdes e porque, o que pega com a casa-nobre ter um portão, fazendo portanto mais curto o rés-do-chão, portão que ficou dando serventia para carros da velha casa de que estamos falando.

Como acima digo foi essa casa do Principal Lázaro Leitão Aranha, por certo descendente da gente deste apelido, que de França veio, ostentava no seu brasão um chaveirão carregado de três flores de lis e tendo ao alto na ponta dele, um escudete em que se viam, carregando uma banda, nada menos de três aranhas; Principal da Santa Igreja, que deixou o seu nome ligado a uma instituição pia que ainda hoje subsiste, e é o recolhimento para senhoras pobres, conhecido pelo seu nome, de outro lado da cidade, passado o sítio dos Caminhos de Ferro.

A casa é curiosa, mas pequena. Do lado do nascente começa por uma formosa capela, com porta para a rua e uma pequena torre sineira; depois é o portão de entrada, com três varandas por cima, depois um reque de janelas, muito enfeitadas, e termina, por um outro corpo, semelhante ao da entrada, e onde estava instalada a livraria da casa.

A casa não tem mais que uma série de lindas salas, bem decoradas, com bonitos tectos e todas ligadas por um corredor com janelas para o norte, como quem diz para a quinta e um andar de sótãos, onde eram alguns quartos.

Creemos que, comprando-a há já umas dezenas de anos o Sr. Visconde do Marco, a aumentou com cómodos, uma série de quartos e outras divisões, do lado do nascente, podendo assim torná-la habitável por sua numerosa família.

O Sr. Dr. Artur Lamas, meu presado amigo, tão extemporâneamente falecido em Paris, escreveu uma interessante monografia sobre esta casa, de que me ofereceu um exemplar. Quis agora procurá-lo, folheá-lo, para dar dele a V. Ex.^{as} algumas notas, mas não consegui encontrá-lo entre os meus mal arrançados livros, por forma que tive que desistir.

Lembro-me, porém, que o Sr. Dr. Lamas indicou quem foram dessa casa os moradores depois da morte do seu dono, e a prova é que o Sr. Sampayo Ribeiro indica no seu folheto, já por nós mencionado, um morador mais que terá escapado ao Dr. Artur Lamas,

o «Príncipe Carlos Luiz Frederico de Mecklemburgo, cunhado do Rei de Inglaterra, um dos oficiais que vieram na companhia do Conde de Lippe, em 1762».

Esta preciosa informação, que é de 1939, vem autenticar o que eu dissera a págs. 9 do meu trabalho *Vista Panorâmica de Lisboa*, já citada e que é de 1938, onde digo:

«... o imóvel que me parece ser a Casa-Nobre de Lázaro Leitão... vem assinalado como sendo a residência do Príncipe de Mecklemburgo.»

Ora nessa época viveria ali, como diz o Dr. Lamas, o Cardeal D. João Cosme da Cunha, tendo ali residido pouco antes um «Príncipe de (Vebri?)», como diz o citado autor, que supõe tratar-se de um diplomata:

«No ano de 1762, estava em Lisboa o Príncipe de Mecklemburgo-Strelitz, que era o general da cavalaria, às ordens do Conde de Lippe. Suponho tratar-se do Príncipe Carlos II Luiz Frederico, que nasceu em Mirow, a 10 de Outubro de 1741, e faleceu em Menstrelitz, a 6 de Novembro de 1816. Muito provavelmente terá o Cardeal cedido a casa ao Príncipe alemão nalgumas das intermitências, que as tinha, na sua residência naquele local.»

E nessa casa me lembro que morou também o 1.º Conde de Cavaleiros, D. Rodrigo José António de Meneses.

Quando, em 1923, publiquei o meu volume sobre *Genealogias Reais Portuguesas - Descendência de Sua Magestade Fidelíssima El-Rei o Senhor Dom João VI*, referi-me, a págs. 155, do seguinte caso:

«Fora do matrimónio (A. L. — referia-me a El-Rei D João VI), de D. Eugénia José de Menezes, Dama da Rainha Senhora Dona Maria I e da, então Princesa, Senhora Dona Carlota Joaquina, «banida do serviço do Paço e privada dos foros de nobreza e direitos de família por alvará de 2 de Junho de 1803, por motivos particulares e melindrosos de etiqueta palaciana» (como diz Silveira Pinto, na sua «resenha», vol. 1.º, págs. 435), alvará que foi revogado por Decreto de 8 de Setembro de 1849, restituindo-lhe, bem como a sua filha as honras e direitos de família, que nasceu em Minas Gerais, no Brazil, em 1776 e faleceu em Porto Alegre, no convento de S. Bernardo, a 21 de Janeiro de 1818, filha de D. Rodrigo José António de Menezes, 1.º Conde de Cavaleiros, da Casa de Marialva; casado com D. Maria José Ferreira d'Eça, Condessa de Cavaleiros pelo seu casamento e senhora da dita casa.»

E em nota dizia:

«Já quando este livro estava no prelo apareceu uma nova obra de que nos apraz dar aqui conhecimento, não só pelo que diz a respeito desta casa, como por ser um trabalho devido ao erudito escritor, nosso presado colega e amigo Sr. Dr. Artur Lamas, e que se intitula: *A Rua da Junqueira - Cartas compiladas e anotadas pelo autor de algumas delas*, Lisboa, 1922.»

E continuava no texto:

«Teve:

B. 456-B. — D. Eugénia Maria de Menezes, que alcançou a reabilitação da memória de sua mãe não podendo contudo conseguir ser reconhecida:

N. no Convento das Monjas de Tavira, em 1803; foi esta senhora legitimada pelo Dr. João Francisco de Oliveira Alvares, médico do Paço, por vontade del-Rei o Senhor D. João VI, em virtude do filho daquele Dr. Oliveira que veio a ser o 1.º Visconde de Tojal, por ela se ter apaixonado, tornando assim aquele acto impossível o casamento.

C. c. Guilherme Smith, Consul Geral da Grã-Bretanha, em Lisboa, já viuvo de Sára Caunop, que, digo em nota; referir o Sr. Alberto Pimentel no seu livro *A última Côte de Absolutismo em Portugal*, a págs. 66, ser Guilherme Smith filho natural do Rei Jorge III de Inglaterra.»

E termino a narrativa, fechando assim a descendência ilegítima de D. João VI, indicando que houve desse casamento:

«C. 457 — D. Isabel Smith de Menezes, faleceu aos 15 anos de idade.»

O volume do Sr. Dr. Lamas nada adiantou a questão, que desde muitos anos se julgava arrumada, desde o tempo em que Rodrigo de Gusmão escrevera no *Archivo Pitoresco*, vol. 4.º, págs. 382, narrando os factos que ninguém contestou, e Inocêncio, no seu *Dicionário Bibliográfico*, vol. x, págs. 262, publicara uma nota dos vários autores que haviam tratado do assunto.

Mas em 1922 apareceram umas cartas, a que respondeu o Dr. Lamas, e que, a meu ver, nada diziam que pudesse provar que D. João VI não podia ser o pai de D. Eugénia Maria de Meneses e sim o Dr. Oliveira, que, por ser muito amigo do então Príncipe, tomou a tarefa de a fazer levar da casa de seus pais na Junqueira para o Convento de Tavira, se exilar ele próprio para Londres e permitir que sobre ele se lavrasse uma sentença de morte! Para mim a prova provada está em que sua mulher o não abandonou e se lhe foi juntar a Londres, onde com ele viveu alguns anos até que tudo passou, e esqueceu.

Lembro-me que sobre o caso tive uma vez uma conversa acalorada com o meu amigo e colega partidário da nova versão: de que D. Eugénia José de Meneses não só não fora amante do Príncipe D. João, como D. Eugénia Maria era filha do Dr. Oliveira. Lembro-me que já farto da conversa, em que nada via provado, perguntei:

«— Mas em que se funda o meu amigo para garantir que D. João não amou a menina Cavaleiros?»

Resposta:

«— Ora essa. Foi tudo uma maquinação da maçonaria, para pôr em cheque a probidade do Príncipe Regente.»

Como se alguma vez tivesse sido um caso vergonhoso ter tido um Rei, ou um Príncipe de Portugal, amores *à latere*, e fosse isso razão para provar que tal facto, até ali provado por milhentas informações, deixava de ter foros de caso averiguado!

Mas voltemos atrás e remontemos à vida do fundador da bela casa-nobre, então ainda apenas Cónego Lázaro Leitão Aranha de quem um inimigo de gosto arranjou uma cantilena, aproveitando-se do nome e apelidos que ele usava. Eu não a sei bem, mas lembro-me

de a haver ouvido contar, não sei se ao aludido Júlio Mardel, se ao falecido Conde de Mafra:

«— *Lázaro* porque és, não sei o quê; *Leitão* porque, por exemplo, descendes da raça dos suínos; *Aranha*, talvez: por seres venenoso como elas.»

Mas é curiosíssimo o que sobre ele nos conta o Sr. Dr. Júlio Dantas, num dos seus belos «contos» da *Pátria Portuguesa*, quando o nosso cônego estava em Roma exercendo funções diplomáticas. No tempo em que era ali nosso ministro André de Melo e Castro, e em que Sua Reverência fazia na Cúria Romana uma vida das mais desbargadas e licenciosas como vão ver do passo que não posso resistir de deixar de ler a Vossas Excelências do conto do Sr. Dr. Júlio Dantas.

A conferência passa-se entre El-Rei D. João V e o Cardeal da Mota, seu secretário:

«— Diga Vossa Eminência isto a André de Mello, e não se esqueça de acrescentar, por sua conta, que o Rei de Portugal perdoa tudo aos seus embaixadores, — menos a avareza e a mesquinharía! — Que mais ha de Roma?

O Cardeal tomou nota, imperturbável, a pluma branca de ganso a tremer-lhe na mão, continuou:

— Há agora o caso do cônego Lazaro Leitão Aranha, que me parece sobre modo grave e escandaloso, e para o qual peço a atenção de Vossa Magestade.

O rei abateu o óculo de oiro sobre a seda alionada da casaca e arreganhou o lábio, interrogativamente.

— Do cônego Lazaro Leitão Aranha?

— Aquele cônego rico da Sé de Lisboa, que andava sempre metido com cómicas e que Vossa Magestade nomeou agente de negócios em Roma.

— Ah, sim, Lazaro Leitão. E que fez ele.

— ...

— É de urgência o caso de Lazaro Leitão?

— É um negócio de saias, meu Senhor.

— Um negócio de saias? — repetiu D. João de V, cuja máscara flácida se iluminou.

— ...

— Os negócios de saias são sempre urgentes...

Na opinião de João Mota e Silva, tratava-se de um assunto grave que exigia um procedimento rigoroso e imediato. A carta de Roma não admitia dúvidas sobre os factos.

O Cardeal secretário Barberini, purpurado elegante e sumptuoso, libarita e devasso, tinha consigo em Roma uma amante, veneziana escultural, talvez a mais bela mulher de toda a Italia, olhos negros e metálicos picados de manchas azuis, cabelos fulvos de sol, onde dormia ainda todo o vício de Arentino e toda a côr de Veroneso, seios de maravilha por onde dois ourives de Florença tinham modelado um cális de oiro para a missa do Papa sobre cuja polpa branca, luminosa e firme, o Conde de Froullay, embaixador de França, lançara um dia, doido de amor, a fita azul do «Espírito Santo». Chamava-se Zabetta Gossi. No meio das Zentildonne de Veneza, das Silvias e das Fólis, das Minas e das Minettas que Rosalba pintou, que Pietro Loughi descreveu atravessando os jardins doirados da Zúecca e de S. Biaggio, a meia máscara de veludo, o tricórnio à banda, e em cuja alma passavam notas agudas de riso de Colombina, farrapos multicores do manto de Arlequim, — ela era a beleza clássica, o ritmo lento, a estátua antiga que apparecera um dia no pateo dos Doges, disfarçada de Vénus de Médicis, e cujos braços esbeltos pojavam a airosa musculatura, fortes como os das Graças de Rafael. Passara de mão em mão, como uma joia. Tivera, como todas as cortezãs vene-

zianas, um preço inverosímil. O abade Lorenzo da Ponte dizia que era mais caro beijá-la do que construir um palácio; o opulento Estevão Borgia, que a possuira antes do Cardeal Barberini, chamava-lhe «a sanguessuga», a sua beleza devastara Roma como uma tempestade, mas o poder do cardeal secretário era tão grande, tão extraordinário o seu prestígio, que ninguém se atrevia agora, sequer, a levantar os olhos para Zabetta Gossi. Pois bem: o que ninguém ousara, fizera-o Lazaro Leitão Aranha, agente de negócios de Portugal, perante o assombro e o escândalo de toda a cúria pontifícia, cortejando Zabetta, passeando de cabelos perfumados e espadim por debaixo das suas janelas, seguindo-a de côche doirado pelas ruas de Roma, dirigindo-lhe propostas amorosas com manifesto menosprêzo do estado eclesiástico e das mais elementares conveniências de ordem pública.

— Pelo que André de Mello e Castro propõe a Vossa Magestade — concluiu o Cardeal da Motta — que o agente de negócios Lazaro Leitão seja mandado sair imediatamente de Roma, chamado a Portugal e repreendido com severidade.

— De modo nenhum!

— Como assim, meu senhor?

— De modo nenhum! — repetiu D. João V. — Eu não vou castigar um português, porque deu o espectáculo grandioso de se apaixonar pela mais bela e pela mais cara mulher de Italia! É assim que eu quero que os meus embaixadores me sirvam! É assim que se serve Portugal com grandeza e com honra, lá fora! São estes ministros que fazem grandes os grandes reis! Mande dizer a Lázaro Leitão Aranha que estou contente com o seu serviço.

— Vão ser cumpridas as ordens de Vossa Magestade. Entretanto, meu senhor — ousou o Cardeal da Motta, no seu sorriso tranquilo — devo informar ainda Vossa Magestade de alguns particulares interessantes. O cardeal Berberini soube que o cônego português convidara Zabetta Gossi a ir a sua casa, e aconselhou-a a que pedisse a Lázaro Leitão, que é rico como um mercador judeu de Haya, quarenta mil cruzados por uma noite de amor.

— Lázaro Leitão deu-os imediatamente, não é assim? — interrogou D. João V, com os olhos brilhantes.

— Não, meu senhor. Lázaro Leitão achou caro, — e recusou.

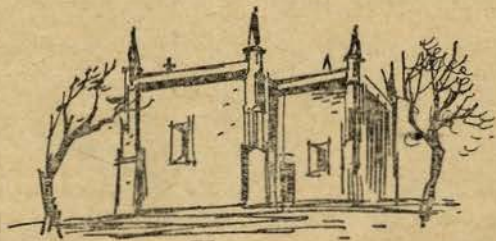
O rei levantou-se, de súbito:

— Recusou? André de Mello diz que Lázaro Leitão recusou?

— Veja Vossa Magestade: «O cônego acobardou-se com o preço, achou caro e desistiu da empreza que começára com tamanho escândalo»; — são as palavras da carta de Roma.

— Já! — rugiu o rei, brandido o seu bastão de Limoges. — Ordem expressa a André de Mello! Que o cônego Lázaro Leitão regresse imediatamente a Portugal, sem se despedir da cúria romana, e, logo que chegue, que o metam no Aljube! Recusou quarenta mil cruzados à mais bela mulher da Itália: não é um português!»

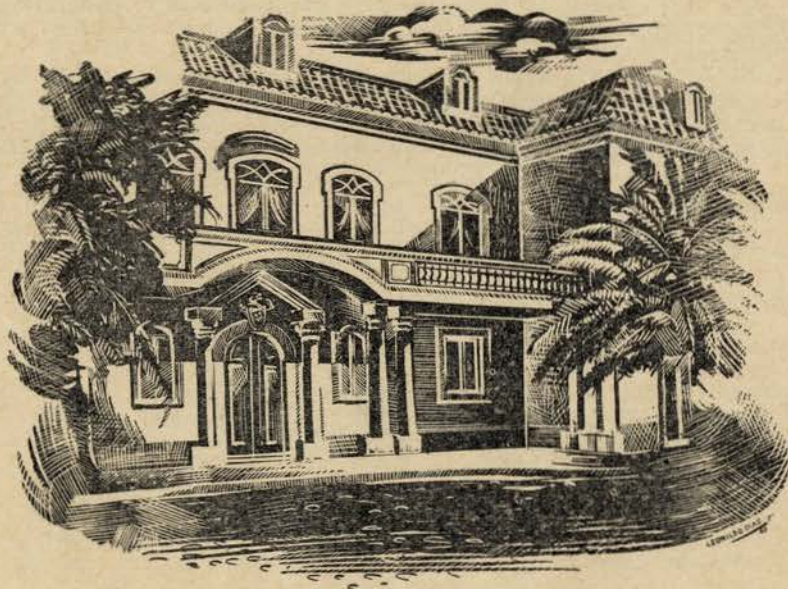
(Continua)



O PALÁCIO DAS ÁGUIAS, A JUNQUEIRA



A fachada Sul, que deita sobre os jardins confinantes com a Rua da Junqueira



A fachada Nascente, frente ao portão n.º 1 da Travessa da Boa Hora



“Passeio Público”

dos nossos Avós

por FRANCISCO CÂNCIO

Do Passeio Público — que se limitava ao curto espaço que actualmente medeia do começo do Largo dos Restauradores à Rua das Pretas — restam os velhos ulmeiros e as estátuas do *Tejo* e do *Douro*, emergindo de eras verdejantes.

Se à pedra fosse dado o condão da fala, as duas velhas estátuas, que foram destinadas para um chafariz monumental no Campo de Santana, poderiam contar o que viram naquele desaparecido recinto que, durante algumas décadas, foi uma das reduzidas distrações para os nossos avós lisboetas na sossegada cidade de há oitenta ou noventa anos atrás.

Não venho trazer à presença de V. Ex.^{as} a história do Passeio Público, desde a sua fundação até ao momento em que a visão magnífica de Rosa Araújo — enfrentando todas as resistências e todas as más vontades dos lisboetas, sempre tão conservadores e sempre tão agarrados às suas velharias — lhe deu o golpe de morte, mergulhando-o no passado e na memória escrita do que foi, porque raros serão os sobreviventes que dele tenham lembrança viva.

Então, a nossa capital não passava de uma grande aldeia, muito entregue à sua vida simples, sem grandes ambições e sem grandes problemas.

É dessa época — sem dúvida inteiramente feliz — que falarei a V. Ex.^{as}, solicitando-lhes, desde já, a vossa benevolência para este amator do passado que desde sempre se acostumou a bem querer a Lisboa, que o traz preso pela luz que a cerca e pela graça que a anima, como um velho apaixonado a uma mulher que, apesar dos anos, se revela sempre galante e sempre bonita.

E essa benevolência é tanto mais necessária numa casa — como a nossa — onde, graças a Deus, existem ilustres mestres que são orgulho e honra de todos nós.

O Passeio Público, segundo julgo, merece um pouco da nossa atenção e do nosso interesse.

Recuemos no tempo em demanda duma época em que os nossos avós eram moços e os hábitos e os costumes bem diferentes daqueles que hoje nos cercam.

Lisboa gostou sempre de ficar em casa depois do anoitecer.

Era hábito que durava há séculos — desde os tempos do *sino de correr* — quando só os criminosos e os aventureiros se atreviam a andar — mal se cerrava a noite — por ruas e por travessas.

Ainda nos começos do século passado isso acontecia.

Laura de Carvalho, escreveu em 1872, que

«... a capital, para melhor corresponder ao seu pomposo título, tinha obrigação de proporcionar aos seus habitantes maior soma de diversões, outro movimento, outra vida, outra animação, e não se revestir desse ar lúgubre e grave que lhe dá um aspecto sepulcral. As senhoras quase que saíam a medo, os homens andam impertigados, graves e meditabundos, como se planeassem constantemente revoltas e conspirações; as janelas das casas fecham-se hermeticamente às 8 horas da noite; as lojas seguem aproximadamente o mesmo exemplo; as ruas ficam desertas e já em pleno Chiado, ouvi cantar um galo, às 9 horas da noite! o pobrezinho certamente enganara-se, tão profundo era o silêncio que reinava em torno dele.»

As classes populares, contudo, divertiam-se a seu modo e eram talvez mais felizes e mais alegres do que as dos nossos dias.

Não lhes faltavam, para tanto, fartos motivos.

«Hoje é o arraial da Senhora Santana, nos Arcos — diz-nos a mesma escritora — e o dos Terremotos; amanhã a festa de Nossa Senhora das Dores, em Belém e as cavalhadas em S. Sebastião da Pedreira; depois o cirio da Atalaia, e o Senhor Jesus da Serra, em Belas, e os domingos na Rabicha e muitas outras diversões folgasãs, com os seus bailaricos, com os seus descantes, os seus comes e bebes, e muita alegria.»

Mal apontava o verão, quem tinha dinheiro ou pergaminhos de nobreza, sentia-se na obrigação de sair de Lisboa, de fugir ao contágio da sensaboria que grassava com uma epidemia ruím.

Então procurava-se abrigo nas sombras aliciantes de Sintra e de Colares ou nos pitorescos e recolhidos subúrbios de Benfica ou do Campo Grande.

Para os que se viam obrigados a ficar na cidade restava, quase, como único recurso, o Passeio Público.

Era aqui onde se via gente nas primeiras horas da noite.

As lojas fechavam após o crepúsculo estival e as ruas da Baixa tomavam um aspecto lúgubre, infinitamente triste...

Muito se troçou do desaparecido Jardim pombalino, destinado à respiração de Lisboa, mas ele, no dizer de Mestre Júlio de Castilho, «foi um civilizador», devendo-lhe muito «o desenvolvimento da nossa sociabilidade nacional».

O Passeio Público era um centro.

«Ali ouvia-se música muito linda, amava-se, devaneava-se, encontrava-se gente; o lisboeta' deixava de ser bicho, sentia-se parisiense do Jardim das Tulherias.»

E prossegue o grande cronista de Lisboa:

«Nada mais agradável em verdade do que um amorável domingo de outono das duas às quatro horas no Passeio Público.

Ao findar a missa da uma hora no Loreto, lá vinha descendo o Chiado, direito ao Rossio, com um tempo criador, em pleno Setembro ou Outubro, uma infinidade de ranchos, paramentados e alegres, para dar *umas voltas* no Passeio.

Isso ao som da música das nossas vibrantíssimas bandas militares, que só por si despertam entusiasmo a cadáveres, significava os encontros das famílias, o fechar das lojas, o descanso das falanges da burocracia, as castas entrevistas amorosas seis dias esperadas.»

Sempre assim foi o Passeio Público, local onde a brisa se perfumava nas árvores e nas flores e onde os corações dos namorados, mais ou menos platonicamente se enchiam de felicidade.

A banda da marinha alcançava sempre grande sucesso. Quando se anunciava era enchente certa.

Havia músicas que fizeram carreira, depois de tocadas no gradeado recinto, como as polcas dos *Cucus* e da *Traição* e as valsas *Danúbio Azul* e *Berta Linda*.

Alfredo Gallis dá-nos uma característica pintura do que era o Passeio em 1885:

«Ali se reuniam as mães e as meninas. Ali se discutiam as modas e os namoros, o preço da manteiga inglesa e os últimos modelos da Cecília Fernandes;

a reputação desta e daquela; e o garbo do Dr. Fulano, e as posses do noivo da Silva; e o último namoro da Teixeira, tudo isto regado com caramelo e água fresca, e alguns sorvetes, quando o dono da casa era homem de meios.

O janotismo masculino não faltava igualmente à chamada. A bela calça cor de alecrim, o chapéu alto e brilhante como um lago de petróleo, a *badine* de seis tostões com castão de cobre dourado, a bota de polimento a triturar os calos, a sobrecasaca burocrática dos domingos e o *puvo* de vinte e cinco espene-gavam-se, petulantes e orgulhosos, por aquela rua do meio, de vaidosa memória.

Velhos conquistadores, a quem a luz do gás resguardava a tintura do bigode, para lá iam à procura da isca, e Cupido saltitava rápido, com as suas asas cor de rosa, disparando agudas setas de oiro no coração daqueles felizes que por 50 réis, ouviam valsas de Strauss e a sinfonia do *Roberto*.

Ali pelos meses de Julho e Agosto, quando Lisboa não podia estar em casa, naquelas horríveis casas da baixa, escuras e abafadas como galerias de mina, o Passeio enchia-se completamente, e a custo se transitava no rua central.

A conversação animava-se, e a lua espreitava lá de cima, através do copado arvoredado daquela casta mansão e pacatez lisboeta tomando o fresco às 10 da noite e suspirando pelo chá e pelo barrete de algodão.

Os habitantes e a rotina desequilbravam-se pouco, mas, em compensação, o amor fazia prodígios de assombrosa ginástica, e os priores das freguesias de Lisboa esfregavam as mãos de contentes, e pediam aos santos que nunca mão profana ousasse tocar naquela benta fonte de receita.»

Júlio César Machado, que foi um outro admirável cronista de Lisboa e um grande escritor que não deveria estar tão esquecido, também nos vem dar o seu testemunho quanto ao Passeio Público, seu contemporâneo:

«... as noites ali são tudo, às quintas feiras e aos domingos. Em redor do coreto os melómanos, adoradores do trombone, entusiastas do clarinete, que pela sua imobilidade chegariam a parecer surdos se nos trechos maviosos os não vissemos balançar a cabeça... Na rua do centro toda a gente, todos os mundos da capital; uma fidalga a passo com uma adela; um ministro ao lado de um barbeiro; a cadeira da sereníssima esposa de um negociante, costas com costas com uma actriz!»

Havia quem, mal rompesse a manhã, se não tinha ocupação marcada, se dirigia para o ensombrado do retiro.

«Ainda a aurora vinha a deitar o nariz de fora — relata também César Machado — já apareciam um do norte, outro do sul, os respectivos porteiros, que se dirigiam gravemente à casa da guarda, tomavam posse das chaves que sempre ficavam de noite na estação sob a autoridade meia dormente meia vigilante do cabo, abriam as portas e fechavam-se por dentro.

Debalde algum passeante matutino, amante do fino aroma que a brisa da madrugada vem colher nas flores, tentava entrar na mesma ocasião que eles; — não havia conseguir de tais cerbéros que franqueassem o Passeio antes do

nascer do sol: e, porque esta obediência rigorosa à lei maravilhasse os ânimos, encostavam-se às grades um ou outro dos transeuntes e espreitava lá para dentro...

Os tais guardas, um numa rua, outro noutra, acorados como galinha no chôco iam rastejando pelo passeio fora em todas as direcções — à procura de pontas de charutos, que ali houvessem ficado caídas desde a véspera. Sua experiência do mundo lhes fazia rezear que os visitantes as apanhassem em vez de as deixar ficar para eles, e nisso ia o segredo de tão sisuda observância à lei...»

Os porteiros conheciam muitas famílias às quais diziam levando a mão à pala do boné, frases como estas:

«— Hoje vêm mais cedinho...

Ou:

— A música principiou neste instante!

Ou, se não ia uma das senhoras:

— O ranchinho hoje não vem completo! A outra senhora tem coisa de cuidado?

Sentavam-se depois gravemente, sisudamente, mirando com aparatoso desdém quem passava, e sem haver coisa neste mundo que pudesse perturbar sua impassibilidade; com uma dessas famílias, três irmãs, *un pó maturas*, como diria em italiano o *diabo* do «Fausto», entretiveram-se numa tarde uns estudantes; passavam por diante delas e diziam:

— Aqui está a Sr.^a D. Fulana e suas manas!

Não diziam mais nada, mas diziam isto de cada vez que passavam por elas, continuando a andar muito sérios. Passaram oitenta vezes. Era absurdo, mas era bom...»

Nos ardentes dias de verão,

«... perfumes acres e embriagantes embalsamavam a atmosfera; os pardais saltavam de ramo em ramo, soltando ternas pipilações; leves e quentes sopros da aragem arrastavam pela areia ardente do solo as folhas ressequidas; os cisnes vogavam tranquilos nos seus lagos e as mariposas desdobravam no fundo verde da folhagem as suas brancas asas.»

E, nos sítios mais discretos, os pares amorosos,

«... embriagados por aquele silêncio e por aquele idílio de flores e de perfumes, desferiam a meia voz a lira desafinada dos seus amores.»

O Passeio Público foi, verdadeiramente, um paraíso para os namorados.

Perto ficava o liceu de S. José e os rapazes, no intervalo das aulas ou durante as *gazetas*, faziam por lá o diabo, arreliando os guardas, escan-

dalizando os pacatos pais de família que digeriam o almoço, ou perturbando os ternos amantes que trocavam juras e esperanças sob o arvoredado copado.

Um pobre guarda, alcunhado *Quarta-feira*, passava inclemências, correndo desvairado atrás deles, de vassoura em punho, sempre que estes lhes gritavam a cuidadosa distância:

— Ó Quarta-feira! Ó dia quarto...

Os moços oficiais do exército gostavam de passear nas alamedas do Passeio Público, mostrando-se às belas, envergando uniformes mais de harmonia com os gostos pessoais do que conforme o figurino da ordem.

O velho marechal Conde de Santa Maria — que detestava esta falta de cumprimento ao estabelecido — de quando em quando realizava por lá uma batida e peralvilho encontrado fora da ordem malhava com os ossos, logo nessa noite, na prisão do Castelo de S. Jorge.

Para salvar os camaradas, o alferes Queiroz — que mais tarde, em general, comandou a Divisão e a Guarda Municipal — sobrinho e ajudante do conde, em dia de inspecção, andava pelas ruas ensombradas avisando:

— Aí vem o meu tio!...

Este grito era um verdadeiro salve-se quem puder...

Em curtos instantes não se lobrigava uma farda.

Festas não faltavam no Passeio Público do Rossio.

Quando se realizou o primeiro espectáculo noturno, vedou-se o gradeamento com panos para evitar que os que ficavam de fora se pudessem deliciar gratuitamente com a festa que faziam os de dentro.

Cada bilhete de entrada custava o elevado preço de doze vinténs e nem todas as bolsas podiam arcar com tal despesa.

Existiam, para chamar a concorrência, vários atractivos.

Havia por lá, por exemplo, um café concerto, propriedade de uma tal Madame Dargés que ficou gravemente queimada no incêndio que destruiu a barraca onde funcionava a indústria.

Neste, ou noutro café concerto, apareceram umas cançonetistas francesas, com muito *charme*, que uma bela noite faltaram ao espectáculo por terem sido raptadas por um grupo de endiabrados frequentadores da casa.

Por uma delas, a Pauline, apaixonou-se Pinheiro Chagas.

Lisboa foi sempre, através dos tempos e das gerações, uma terra de grandes conquistadores — de conquistadores de terras espalhadas pelo mundo e de conquistadores de corações nacionais e estrangeiros...

Por ocasião das festas noturnas, realizadas em 1851, efectuaram-se iluminações que deram brado.

O *Asilo da Mendicidade* tomou, em anos sucessivos, à sua conta, festas desta espécie cujo produto revertia a seu favor.

Em dez noites dos meses de Junho e Julho, de 1857, voltou o *Asilo* a realizar novas iluminações no desejo de chamar concorrência que lhe permitisse alargar a sua benéfica actuação.

Ao longo da célebre rua principal — por onde algumas vezes passeava El-Rei D. Fernando II — ergueram-se serpentinas de cinco lumes, as quais, segundo uma revista da época,

«... colocadas em sentido transversal, faziam parecer uma longa fita de luz, cuja continuidade era quebrada no centro por meio de um obelisco, e cujas extremidades se iam confundir — por um lado com o tanque, rodeado de lustres, e um fundo transparente, em que se viam três quadros de autor estimado — por outro lado com a fachada da cascata, arrebicada toda com lamparinas de cores, que a certa distância tinham a aparência duma daquelas edificações de rubis e de esmeraldas, levantadas de improviso pelo moço Aladino com o auxílio da sua maravilhosa lâmpada. As ruas colaterais tinham vasos e lustres rematados com estrelas, tudo variegado; e as últimas ruas dos lados, as que ficam paralelas à rua principal, eram em toda a sua extensão cortadas por fios e balões, postos a curtas distâncias, e que vistos de qualquer dos extremos das ruas, pareciam formar todos juntos uma abóbada luminosa.»

Nalgumas dessas noites queimou-se fogo de artifício e tornou-se necessário mudar o obelisco do centro da rua principal para uma das extremidades — facto que agradou a uns e foi censurado por outros.

Em 1869, um cançonetista negro constituiu uma atracção valiosa, assim como as canções do Tirol que vieram depois.

Bebia-se cerveja de Viena que tinha os seus fiéis apreciadores.

«Que noites tão belas — escreveu o saudoso jornalista João Paulo Freire — quando a lua, como enorme globo de âmbar, ia subindo, subindo, por entre o enxame de estrelas espalhadas no céu como confeitos de ouro; quando os acordes do *Beau Danube Bleu*, de Strauss, pareciam segredar-nos aos ouvidos as coplas da valsa alemã, com toda a sua graça nostálgica.»

Em 1872 tocou no Passeio Público uma banda de Saxe e já se realizavam os famosos bailes infantis.

A isto se refere Laura de Carvalho num dos seus folhetins, figurando carta dirigida a uma amiga ausente:

«Falar-te nas festas noturnas do Passeio, com os seus fogos de vista, os seus balões, a sua banda de Saxe, o seu baile infantil e o seu pano de fundo representando Paris, seria para ti uma grande sensaboria e equivaleria a dizer-te que os fogos arderam, que os balões subiram ou não subiram, que a banda tocou, que as crianças dançaram e que o pano de fundo extasiou meia dúzia de admiradores daquelas cenas de teatro ao ar livre.»

As maravilhas pirotécnicas de José Rodrigues ou de Madame Tournour foram sempre apreciadas.

Aos domingos, naturalmente, a multidão dos visitantes era maior.

Pelas 7 horas da tarde começava a intensificar-se o movimento das ruas vizinhas.

«... a rua das Pretas — contava Gervásio Lobato no seu delicioso *Romance de um amanuense* — e a calçada do Salitre despejavam a essas horas os espectadores da tourada do Campo Santana e das funções do Circo da Madame Tournour; os vendedores ambulantes de bolacha fina, de queijadas, de refrescos, e de vinhos, licores e doces, vinham chegando-se com seus estabelecimentos portáteis a tomar posição no largo; dentro do passeio a sineta dava o primeiro toque para aqueles que não quizessem pagar os doze vinténs de entrada e no terraço os pirotécnicos começavam a erguer as suas peças fixas, todas cheias de brilhantes promessas, com as suas rodas complicadas, comunicando-se entre si por complicadas redes de rastilhos.»

Começava o fogo com uma estrondosa girândola de morteiros.

Na rua calavam-se, repentinamente, os gritos dos vendilhões.

O povo acotovelava-se, empurrava-se, para ver melhor o deslumbramento dos foguetes que rebentavam em *bouquets* de estrelas que tombavam da serenidade do céu, como lágrimas de luz.

Escutava-se um grande e prolongado ah!, onde havia, no dizer do príncipe dos nossos humoristas,

«um bocadinho de ironia, um bocadinho de sinceridade...»

Madame Josephine Amann dirigiu uma orquestra alemã passando depois a estar à frente de uma outra formada por portugueses.

Esta famosa maestrina foi a inspiradora da *Festa Chinesa* que em Junho de 1879 levou ao Passeio Público uma enorme concorrência e resultou num verdadeiro fiasco.

O jardim estava iluminado com balões chineses, os guardas dos portões e os criados dos cafés envergavam fatos do Celeste Império.

Bordalo Pinheiro, no *Antônio Maria*, não perdeu a oportunidade de acentuar o ridículo desta iniciativa que não agradou.

No Passeio, brilhou o grupo musical de *Daguillera*, vestido à mexicana; o *ciclorama* dos irmãos Rossi, levou lá meio mundo; a Spelterine, funâmbula que atravessava, em *maillot*, o recinto, de um lado a outro, à altura de um 3.º andar, numa corda bamba, fez abrir de pasmo as bocas dos nossos avós!...

O *calospintechromocrema* — que o povo apelidava pitorescamente *Carlos Pinto come creme* — foi um encanto para o Infante D. Augusto, com os seus efeitos luminosos.

A *Tomada de Malaca* fazia a admiração das crianças e dos adultos que passavam horas esquecidas a ver um castelo levantado no rebordo dum tanque circular, na água do qual velejavam pequenos barcos que figuravam metralhar a fortaleza com contínuo canhoneio de bombas de cinco réis, castelo que se defendia com os tiros de três pequenas peças, manobradas por autênticos artilheiros que honradamente — embora sem grande glória — procuravam ganhar os dois tostões que recebiam por cada noite daquele intenso combate.

No *Café Freitas* servia-se, além de boa pastelaria, afamado sorvete.

As bandas de música procuravam — o mais honestamente que lhes era possível — emprestar animação ao ambiente.

O célebre professor de dança, Justino Soares, «com o eterno charuto metido em comprida boquilha ao canto da boca — como o retrata Paulo Freire — com o pé em disposição de pirueta, com a sobrecasaca cinzenta muito cingida, com o chapéu alto branco a encobrir-lhe a respeitável calva», organizava bailes, dos quais alcançaram fama os infantis.

Justino Soares, no dizer de *Tinop*, ensinou a dar à perna a 24.000 discípulos.

Nos primeiros tempos dos bailes infantis, o Passeio, tinha boa concorrência para ver dançar a pequenada, por vezes vestida à Luís XV.

Alfredo Gallis conta-nos que esses bailes se realizavam «numa horrorosa atmosfera de poeira» e mostra-nos, carregando, talvez, um pouco a tinta,

«... as tenras criancinhas, exímias no redopio da valsa, mas pálidas, anémicas, cobertas de suor e de pó, arquejando, com os débeis pulmões perigosamente arruinados naquele ambiente deletério, enquanto, de fora, pelas grades, as

espreitavam, cheias de inveja, outras da sua idade, de faces muito coradas, construção robusta, e respiração longa e tranquila.»

Os melhores dançarinos recebiam, como prémio, um anel de ouro e... dezóito tostões.

De tempos a tempos apareciam coros de crianças cantando a *Sulipanta*.

Mas era nos bailes, sempre sob a direcção de Justino Soares, que elas se notabilizaram.

Em um deles figurou a grande actriz Adelina Abranches, então ainda muito menina.

Foi

«... Justino Soares quem a descobriu e a ensinou a dar piruetas e saltinhos elegantes — conta-nos ainda Paulo Freire — reclamando-a em cartazes berrantes, que mandava afixar às portas do Passeio — A *Polca das Terças*, original de Justino Soares, dançada pelas *Meninas Abranches*.

Quem diria aos frequentadores do velho Passeio Público que aquela menina do casalinho da polca, havia de ser o revolucionário *Fagulha da Maria da Fonte*, e a figura admirável da *Maria Parda*, depois de ter passado por todos os nossos teatros e ter entusiasmado as nossas plateias, em meio século de vida portuguesa, de suprema arte e de justo e orgulhoso renome.»

A propósito destes bailes, lê-se numa *gazetilha do António Maria*:

Através dos arvoredos
Ouve-se o coro feliz
Dos suspiros dos Alfredos
Das paixões dos Antonys.

Julieta e Margarida
Dão o braço e são amigas...
A burguesia atrevida
Passeia as suas barrigas.

Estoiram os corações
Como as cargas dum trabuco.
Trocam-se declarações...
Ouve-se a «valsa do cuco».

Justino, o donzel, o casto,
A «Fuensanta» de calças,
A toda a pressa dá gasto
Ao furor das suas valsas.

Suas pernas «talentosas»
À festa dão luzimento.
Folgam os botões das rosas
Expostas ao pó e ao vento.

Um D. João Petulante
Namora qualquer mamã.
... ..
Diz Justino ao par dançante:
— Ora vamos... «en avant».

O Passeio Público era, verdadeiramente a grande sala onde Lisboa se encontrava, se divertia e amava.

As noites de verão — de harmonia com o decorrer do calendário —

deveriam ser calmas e propícias a agradáveis horas, mas a lendária amenidade do nosso clima fazia, por vezes, partida de tomo, transformando-as em ventosas e frias, enregelando os visitantes que por lá se aventuravam.

Laura Carvalhal, já citada, refere-se também à ventania que nalgumas ocasiões andava pelo Passeio Público:

«A poeira invade tudo — escreveu ela — sufoca-nos, cega-nos, incomoda-nos, sem que lhe valham as regas municipais.»

A mesma tecla é batida numa outra gazetilha do precioso jornal de Bordalo Pinheiro:

Núvens sombrias, pesadas,
Vão no espaço doudejando;
Estalam as gargalhadas
Do trovão que vem chegando.

O vento sopra feroz...
Parece lançar a luva
Ao bem forrado albornoz,
Ao grande chapéu de chuva.

O termómetro zangado
Indica, desde manhã,
Que temos tempo mudado
E marca: «meia de lã».

Despede as agudas setas
Um temporal de inverneira.
Todos se vêm patetas
Em montanhas de poeira.

Porém que importa, se o verão
Mantém-se audaz no seu posto?!...
A folhinha tem razão:
«Quinta-feira... mês de Agosto...»

As meninas caprichosas
Cheias de amor e delícias,
Dizem frases enganosas
Lendo o jornal de «Notícias».

Hoje há festa no Passeio
Grande fogo e cataratas,
Baile infantil com azeite
E Justino com batatas.

— Vamos todos à função
Não é assim papazinho?
À volta gasta um tostão
Num sorvete do Martinho?

— Com certeza a quinta-feira
P'ró bom tom foi escolhida...
— E como faz ventaneira,
Levo a copa p'rá saída.

A noite lá vão seguindo
Através da tempestade:
— Como este passeio é lindo!
— É o melhor da cidade.

— Ó papá levante a gola,
Que o ventinho está de *escacha*...
Eu trago aqui na sacola
As galochas de borracha.

— Que boa gente que está...
— O bom tom na quinta essência.
— Lá vem o conde, papá...
— Um criado de vocência...

Espirram filha e vegete
Num belo duo de *atchim*
— Toma, que é *chie*, um sorvete?
— Tomarei um arlequim.

Muitos ranchos assentados
Esperam pelo calor;
Suspiram os namorados,
Fazem discursos d'amor.

À noite a tal deidade
Lança em torno um olhar terno.
— Que calor!...

— Isso é verdade
Parece o pino do inverno.

Quando a frequência ao Passeio afrouxava — o que acontecia muitas vezes — era necessário chamá-la por qualquer forma.

Eduardo de Noronha, num dos seu livros, conta-nos o seguinte episódio passado com essa curiosa figura de fidalgo e de boémio que foi D. Tomaz de Melo:

«Um dos cartazes que causou a maior sensação e que chamou mais concorrência ao Passeio Público foi aquele em que Tomaz de Melo anunciava os *Gansos dançantes*. Esse número de espectáculo não se realizou por qualquer motivo.

Um amigo perguntava depois ao engraçado boémio:

— Tu tinhas ensinado os gansos?

— Não era preciso — respondeu o interpelado.

— Não era preciso?! — repetiu o interlocutor com ar de dúvida.

— Está de ver que não era preciso — insistia Tomaz de Melo — punham-se os gansos em cima de uma chapa de ferro bem quente e eles haviam de dançar por força.»

Doutra vez anunciou-se, em grandes cartazes, a visita ao Passeio do Imperador do Brasil, D. Pedro II.

O recinto encheu-se completamente.

O monarca

«entrou no jardim acompanhado por um dos seus dignatários. Logo a turba o rodeou, o comprimiu, o espremeu, o triturou.

Não o fazia por mal a papalva gente! Ver, tocar, apalpar um imperador em carne e osso, não é como a sopa, o cosido, e arroz de todos os dias.»

Como V. Ex.^{as} estão verificando, o Passeio Público, como diz o povo, dava pano para mangas.

Nele, os nossos avós foram felizes.

Mas não há bem que sempre dure.

Um dia arrancaram as grades ao Passeio.
Ia-se dar o princípio à Avenida da Liberdade.
Quando chegou essa hora, Lisboa que sempre foi agarrada à
tradição, que sempre amou as suas coisas, sentiu um profundo desgosto.
Um gazitelheiro, do já citado *António Maria*, lamentava o triste
acontecimento em carta dirigida à sua amada:

Ai! Paula destas entranhas!
Com infinita saudade
Vejo abater das peanhas
Aquela formosa grade!

Fui junto dela, no outono,
Quando a cebola se exporta,
Qu'amor te ergueu doce trono
No extremo da minha aorta.

Lembras-te, Paula? Tu estavas
Sentada no botequim,
E eu reparei, vi que olhavas
De quando em quando para mim.

Andava, então, muito em moda
Brincos e broche de prata...
Tu estavas tomando soda;
Eu fui tomar uma orchata...

Saiste pouco depois,
Foste pr'ó pé do coreto,
Ouvir a banda do 2
Que tocava o Rigoletto...

Seguiu-se um hino macanjo
Que a banda tocava em câro...
Foi nesta forma meu anjo,
Que nós botámos namoro...

Nesse passeio, ao domingo,
Este amor, ó anjo querido,
Destilou-se a pingo e pingo...
Amei-te como um perdido!...

Amei-te como a sanguínea
Adora o sol que começa;
Como Paulo amou Virgínia
E Abeillard — não menos essa...

Mas tudo findou! Murchou-me
Da afeição o doce esteio;
Em breve só resta o nome
Dessa grade do passeio.

Acabou tudo este mês,
Ó minha adorada Paula!
Nunca mais, nem uma vez
Farei namoro de jaula!

Não terei onde te veja
Perto de mim um minuto!
Nunca mais bebo cerveja,
Nunca mais fumo charuto!

Chora amor! É de razão
Quando eu soffro, que soffras...
Nunca mais no S. João
Queimaremos alcachofras!

Não mais a graça realças,
Co'o teu mano pequenino
Aprendendo a dançar valsas
Pela dextra do Justino.

Nunca mais nas tardes quentes
De Junho, Julho, ou Agosto,
Te verei mostrar-me os dentes
Das quatro e meia ao sol posto.

Nunca mais tomo sorvetes,
Nunca mais visto os meus fraques,
Nunca mais verei foguetes
Nem posso ouvir trique-traques.

Já não tenho onde me acoite,
Por isso minh'alma geme...
Nunca mais verei à noite
Carlos Pinto come creme!!!

Com a perda das grades, o Passeio Público morreu.

Em seu lugar rasgou-se a Avenida da Liberdade, abrindo afoitamente o caminho para a magnífica Lisboa de hoje.

Todos nós, os que temos amor às pedras velhas e aos pergaminhos enrugados, sentimos pena por cada recanto que se modifica, conservamos saudade por cada bairro que desaparece.

Mas ai das cidades que estacionam!...

Ai daquelas que não sentem correr nas suas artérias a vida a renovar-se, pujante de força e de juventude!...

Essas cidades estão à beira da ruína, da morte e do esquecimento.

Mas isto não se dá com a nossa Lisboa, cada vez mais bela, cada vez mais louçã e cada vez mais moça.





Feira da Ladra

A Bela Arte de Iluminura

REMONTA aos tempos do papiro e do pergaminho esta caprichosa forma de decoração de manuscritos e antifonários, de que chegaram até aos nossos dias preciosos codices e notáveis colecções, como as de Mafra, da Ajuda, do Vaticano, do Escorial.

Na Biblioteca Nacional de Paris ainda se conserva a famosa Bíblia de Carlos II, o Calvo, Rei dos Francos (séc. IX) que é um prodígio de ornamentação da época merovíngia.

Em Lisboa, um dos mais remotos exemplares da iluminura, senão o mais remoto, é o conhecido Cancioneiro da Ajuda, pertencente à Biblioteca do Palácio, que ainda não há muito foi mostrado aos Amigos de Lisboa por ocasião da visita de estudo ali realizada.

Bizancio, Roma e Cartago foram na antiguidade os grandes centros artísticos dos mestres iluminadores, mas que pela paciência e longa execução que requiere, era especialmente nos conventos que esta arte encontrava os mais exímios e devotados cultores. O Mosteiro de Cluny em França tornou-se pelo século XII quase uma Academia de Belas Artes, adquirindo grande nomeada as suas iluminuras.

O aparecimento da indústria do papel, a invenção da imprensa e da litografia trouxeram a decadência à iluminura, que começou a decair nos séc. XVII e XVIII, e, na actualidade só não pode dizer-se

extinta porque de vez em quando surge uma revelação, como aquela de que aqui vimos tratar.

O Eng. Francisco de Sá Nogueira, Marquês de Sá da Bandeira, tem recebido nos últimos tempos a honrosa incumbência de iluminar os albuns com algumas das recentes colecções de selos, habitualmente oferecidas pelos C. T. T. ao Chefe do Estado e outras altas personalidades como S. E. o Cardeal Patriarca e o Senhor Presidente do Conselho. Tivemos o feliz privilégio de poder examinar algumas dessas iluminuras e não podemos resistir à sedução de escrever, a propósito, este breve comentário.

O Marquês de Sá da Bandeira não é um artista profissional. Homem de gosto e de cultura, é nas horas vagas, em serenos e silenciosos serões na sua biblioteca-stúdio, que ele concebe, estuda e realiza, com paixão e devoção os finos labores do desenho iluminado, recorrendo umas vezes à técnica e aos materiais usados na antiguidade, outras, seguindo rumos próprios.

Os albuns que citámos, todos de variada inspiração como convinha à índole estética e histórica de cada selo, são de uma beleza surpreendente. Sá da Bandeira serve-se do ouro, da prata e das cores, alcançando prodígios de efeito decorativo, como os grandes iluminadores medievais.

Nem a natureza íntima destes trabalhos, nem o temperamento do fidalgo artista permitem trazer à publicidade

duma exposição estes mimos de arte, o que é pena. Cumpra-se no entanto o dever de louvar francamente os C. T. T. pela iniciativa de tentar reviver um ramo quase esquecido das Belas Artes, e, ao felicitar o Marquês de Sá da Bandeira, congratulamo-nos de homenagear um lisboeta ilustre.

H. R.

O Marco fontenário do Rossio. Qual a sua origem?

«Sir» Ricardo Wallace, nobre inglês, meio-irmão do Marquês de Hertford, nasceu em Londres, em 1818, e morreu em Paris, em 1890.

Possuidor de imensa fortuna, comprou-se na prática de actos filantrópicos, que lhe deram renome mundial. Basta dizer que na guerra franco-prussiana subvencionou de seu bolsinho as ambulâncias militares francesas.

Reuniu em vida, no seu palácio de Manchester, preciosa galeria de quadros, que sua viúva (uma francesa, Júlia Amélia Castelnau) legou à Inglaterra e hoje se conserva em Londres (Hertford House), abrangendo obras de Van Dyck, Watteau, Meissonier, Gainsborough, Reynolds, Fragonard, Romney, etc.

Em 1872, «Sir» Ricardo dotou Paris com cem marcos fontenários, cujo elegante risco se deveu ao célebre escultor Carlos Lebourg, (1830-1906). Eram de ferro fundido e a água caía de bem lançada cúpula, que quatro cariátides, graciosamente plasmadas, suportavam com galhardia desenvolta. A base tinha vários relevos, difíceis de definir geometricamente, mas da base de cada uma das cariátides, partia esquinada saliência, virtualmente rectangular, mas em que se vasava, junto ao roda-pé, uma abertura adrede destinada aos cães vadios matarem

a sêde. Este pormenor atesta que o famigerado filântropo foi cinófilo disvelado. No vazio, que as quatro cariátides circundavam prendiam outras tantas correntes de latão, cada qual com seu púcaro de zinco, em forma aproximada de concha.

Parece que os anseios filantrópicos de «Sir» Ricardo o levaram a dotar outras cidades francesas, e até de outros países, com *Valasses* (assim chamaram os franceses aos marcos riscados por Lebourg).

Ora em pleno Rossio de Lisboa ainda se vê um desses marcos.

Está no passeio fronteiro à sucursal de *O Século*, onde têm paragem os carros eléctricos que vão para a Rua Áurea.

Acaso há quem saiba dizer a razão por que ele lá está?

Foi presente da filantropia e do cinofilia de Wallace à nossa Lisboa prezada?

Ou será mero decalque urbanístico de Paris, como o são os tanques da Praça, evidentemente copiados de os da Praça da Concórdia?

Quem é capaz de esclarecer o caso?

Parece-nos que nenhum dos olissipógrafos que até agora se têm ocupado do Rossio ainda se referiu ao prestimoso marco fontenário.

M. de S. R.

Os Amigos de Roma

Não se trata da existência de uma agremiação semelhante à nossa o que desejamos noticiar. Tem outro significado o pequeno título. A Municipalidade romana decidiu instituir um prémio anual, denominado «Os Amigos de Roma», para contemplar «estudiosos que tenham atingido alta fama nos estudos sobre a Urbe da latinidade».

O prémio será conferido mediante indicação do corpo dos membros ordinários

do Instituto de Estudos Romanos e consiste numa medalha de ouro e um pergaminho, entregues solenemente no Capitólio a 21 de Abril de cada ano, mas a atribuição será dada alternadamente a um estudioso italiano e a um estrangeiro. A primeira atribuição será dada a um italiano.

Entre nós — em Lisboa — tal forma de homenagear e de premiar quem aos estudos da cidade se consagra, tem já tradição.

A Câmara Municipal de Lisboa, na sua reunião de 22 de Junho de 1939 instituiu o Prémio Júlio de Castilho, de natureza pecuniária, que é conferido anualmente, distribuído no dia 25 de Outubro, destinando-se a galardoar «o autor da obra de reconhecido mérito e constituindo um trabalho verdadeiramente original, impresso em língua portuguesa, de investigação, propaganda ou divulgação de Lisboa, com carácter arqueológico, histórico, literário, urbanístico ou artístico que, sobre o seu passado ou presente, se publique em Portugal».

Desde a sua instituição até hoje o Prémio Júlio de Castilho teve as seguintes atribuições:

Em 1940 a Norberto de Araújo, pela obra *Peregrinações em Lisboa*. Em 1941 não foi atribuído. Em 1942 a Luís Pastor de Macedo, pela obra *Tempos que Passaram*. Em 1943 ao Eng. Augusto Vieira da Silva, pela obra *Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa*. Em 1944 não foi atribuído. Em 1945 a Bourbon e Menezes, pela obra *Sua Graça é Lisboa*. Em 1946 a Matos Sequeira e Pastor de Macedo pela obra *A Nossa Lisboa*. Em

1947, a Manuel Ferreira de Andrade, pela obra *Do Convento de Nossa Senhora de Jesus*. Em 1948 não foi atribuído. Em 1949 a Francisco de Oliveira Martins pela obra *Pina Manique — O Político — O Amigo de Lisboa*. Em 1950 ao Dr. Augusto da Silva Carvalho, pela obra *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*. Em 1951 ao Dr. Marcelo Caetano, pela obra *Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª dinastia — 1179/1383*.

Em 1952 e 1953 o Prémio Júlio de Castilho não foi concedido, circunstância que atesta o nível superior em que o júri deseja que este prémio se mantenha.

Quanto ao júri ele é composto por um vereador da C. M. L. que serve de Presidente e por representantes da Academia Nacional das Belas Artes, da Academia Portuguesa de História, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, do Grupo Amigos de Lisboa e pelo Director dos Serviços Centrais e Culturais.

O representante dos Amigos de Lisboa no júri de 1955 é o Sr. Prof. Dr. Joaquim Fontes, membro da nossa Junta Directiva. O Sr. Matos Sequeira representará a Academia Nacional de Belas Artes e o Vereador da C. M. L. designado para servir como presidente é o Sr. Dr. Eduardo Neves.

Afinal a notícia da instituição do prémio «Os Amigos de Roma», iniciativa que sem dúvida nenhuma enobrece a Municipalidade romana, serviu agora de pretexto para historiar os quinze anos do nosso congénere «Júlio de Castilho» relembando através deste pequeno relato, nomes que a todos nós são muito queridos.

H. R.

RELATÓRIO

da

JUNTA DIRECTIVA

Ex.^{mos} Consócios

No fim deste nosso 18.º ano de existência tem a Junta Directiva o encargo de expôr a V. Ex.^{as} o resultado da sua gerência no ano findo e bem assim do triênio sob a sua responsabilidade e que agora termina, pelo que V. Ex.^{as} são chamados a, segundo as disposições estatutárias eleger novos Corpos Gerentes.

Para as referências ao passado nos dois primeiros anos da nossa gerência, reportamo-nos e chamamos a vossa atenção para o referido nos Relatórios de 1952 e 1953 que V. Ex.^{as} aprovaram oportunamente e que foram publicados no nosso *Olisipo*.

No ano findo foram onze as visitas culturais, quatro as conferências na sede, cinco as exposições no nosso salão e quatro as excursões culturais e de estudo que ocuparam a nossa actividade.

Como foi anunciado no Relatório do ano transacto realizou-se na última quinzena de Maio próximo passado, na nossa sede, uma exposição da actividade do Grupo ao completar o seu 18.º aniversário. Esse facto veio demonstrar ao público, à Imprensa e aos nossos sócios a eficiência e a acção da nossa tarefa a bem de Lisboa. De facto 68 números do nosso *Olisipo* com cerca de 3.500 páginas impressas e profusamente ilustrado demonstram entre todos os nossos serviços à cultura lisiponense a nossa acção, profícua, pertinaz e eficiente que, se é certo, nos absorve grande parte dos nossos rendimentos, é certamente a nossa acção mais notável e a perdurável.

Das nossas realizações, merecem destaque algumas; se todas foram altamente proveitosas outras tiveram significado especial. Assim a visita a Vila Viçosa marcando a colaboração do Grupo com a Fundação da Casa de Bragança, que com as autoridades locais foram para nós de extrema gentileza a ponto da primeira nos ter proporcionado uma exposição bibliográfica de assuntos lisiponenses na sua rica e magestosa Biblioteca e as segundas nos terem cativamente recebido em numerosa comissão tendo à frente o Ex.^{mo} Presidente da Câmara Municipal e a Direcção do Grupo dos «Amigos de Vila Viçosa».

Na nossa segunda visita a Alenquer igualmente e novamente a Ex.^{ma} Câmara Municipal representada sobretudo pelo seu Vice-Presidente Ex.^{mo} Sr. Graciano Palha nos recebeu gentil e cativamente.

Na quinta do Pizão onde propositadamente se deslocou o Sr. Comandante da Polícia de Segurança Pública de Lisboa com os seus oficiais e colaboradores completou-se o conhecimento da actividade beneficente da nossa Polícia.

Finalmente a organização que realizámos da Romagem evocativa das «Viagens na minha terra» a pedido da Comissão do Centenário de Almeida Garrett e do Secretariado Nacional de Informação marcou para todos e particularmente

para esse organismo do Estado e perante as autoridades da cidade de Santarém a eficiência notória dos nossos serviços, como publicamente o afirmou o nosso ilustre consócio Ex.^{mo} Sr. Dr. José Manuel da Costa digníssimo Secretário Nacional da Informação que em público afirmou «esta Romagem não se teria podido realizar sem o concurso do Grupo «Amigos de Lisboa» que tomou a seu cargo, a meu pedido, a sua organização.

Não tinha contudo o Grupo deixado de tomar posição nas comemorações do Centenário de Almeida Garrett realizando na nossa sede uma conferência de que se encarregou o nosso consócio Ex.^{mo} Sr. Prof. Francisco de Assis de Oliveira Martins e uma exposição de curiosidades garrettianas e de fotografias das casas onde em Lisboa viveu Almeida Garrett das colecções dos nossos consócios Ex.^{mos} Srs. Eduardo Portugal e Augusto Pinto.

No ano transacto comemoramos também o dia de S. Vicente com uma conferência pelo nosso consócio Reverendo Padre José Correia da Cunha e a propósito dos acontecimentos da Índia realizou-se na nossa sede uma conferência intitulada «Lisboetas na Índia e Luso-Indianos em Lisboa» de que se encarregou o Secretário Geral.

Anteriormente uma conferência sobre Pina Manique, o grande Intendente lisboeta, realizada também pelo Prof. Oliveira Martins trouxe à nossa sede o actual Provedor da Casa Pia de Lisboa. Não foi só este, entre os altos funcionários do Estado que a propósito das nossas realizações nos deram a honra da sua comparência, assim, a nossa exposição Bibliográfica foi inaugurada pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa o nosso sócio fundador e primeiro Secretário Geral Ex.^{mo} Sr. Luiz Pastor de Macedo, cuja presença nesta casa nos é sempre tão grata; e a conferência sobre Almeida Garrett foi presidida pelo Ex.^{mo} Secretário Nacional de Informação e quase todas as nossas realizações na sede, tiveram a presença de representantes da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa e dos seus Presidentes, nossos ilustres consócios.

Entre as exposições que se realizaram na nossa sede no ano transacto, Miniaturas Olisiponenses da colecção Keil, Alegoria à cidade de Lisboa, do escultor Fernando Louro de Almeida, Ex-Libris Olisiponenses de colaboração com a nossa consócia a Academia Portuguesa de Ex-Libris, são de destacar pelo relevo artístico que marcaram na nossa actividade e das Miniaturas Olisiponenses, rica colecção apresentada em discurso inaugural pela nossa consócia e principal expositora Ex.^{ma} Sr.^a D. Guida Keil e a de Ex-Libris Olisiponenses, que deu aso à generosa oferta do ilustre artista Ex.^{mo} Sr. António Lima de desenhar para o Grupo um Ex-Libris artístico.

Durante o ano findo representou o Grupo junto da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa a propósito do descalto sofrido pela nossa Província Ultramarina da Índia e acerca da urbanização das zonas circunjacentes ao Mosteiro dos Jerónimos, Basílica da Estrela e Terreiro do Paço e junto da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais acerca do arranjo interior da Igreja da Madre de Deus.

Tomamos a iniciativa, que a Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa aprovou e deu realização de ser colocada, na casa onde nasceu o nosso falecido sócio fundador Ex.^{mo} Sr. Dr. Alberto Mac-Bride, que faleceu sendo o nosso presidente da Assembleia Geral, uma lápide comemorativa que deve ser inaugurada brevemente.

Foi o seguinte o movimento de sócios durante o ano findo:

Existiam em 1 de Janeiro de 1954	1.339
Faleceram durante o ano	23
Foram demitidos	79
	<hr/>
	1.237

Foram admitidos durante o ano de 1954	80	
Readmitidos	7	87

1.324

que ficam existindo em 31 de Dezembro de 1954.

Tivemos a lamentar no ano findo o falecimento de um membro da Junta Directiva, o sócio fundador n.º 49, Ex.^{mo} Sr. Joaquim Roque da Fonseca e perdeu a Comissão de Estudos Sociais e Económicos um seu membro e nosso consócio Ex.^{mo} Sr. Dr. Manuel dos Santos Lourenço. Entre os outros falecidos há que destacar pelo seu carinho pela nossa Biblioteca o nosso consócio Gomes de Abreu e pela colaboração nas nossas actividades do Tenente Coronel Fernando Canelo.

Damos a seguir a nota de todos os nossos consócios falecidos em 1954:

N.º 49 - Joaquim Roque da Fonseca	N.º 1.276 - Fernando Franco Ferreira
» 121 - Joaquim da Conceição Gomes de Abreu	» 1.393 - Fernando Pereira Serzedelo
» 439 - Maximiano Alves	» 1.533 - Feliciano José da Silva
» 513 - E. L. Vieira dos Santos	» 1.795 - Dr. Manuel dos Santos Lourenço
» 563 - Tomaz Ribeiro de Melo	» 2.136 - Artur Nogueira
» 644 - António Alfaia de Carvalho	» 2.343 - Dr. Sebastião Pestana
» 818 - Tenente Coronel Fernando de C. Silva Canedo	» 2.556 - Albano de Sousa
» 935 - Dr. Alberto de Mira Mendes	» 2.562 - Raúl Dias de Almeida Braz
» 1.121 - José António Martins	» 2.745 - Luís Francisco da Silva Moreira
» 1.134 - José Francisco da Costa	» 2.787 - João Marçal Gomes
» 1.220 - Dr. Fernando Eugénio da Costa	» 2.809 - Francisco M. Ribeiro da Mota

Há que registar como ofertas de destacar durante o ano findo além de várias espécies bibliográficas para a nossa Biblioteca particularmente as edições da Câmara Municipal de Lisboa, a oferta de um quadro a óleo representando a «Casa do Menino Deus», da autoria do nosso consócio Ex.^{mo} Sr. Fausto Sampaio, que, pessoalmente, nos veio fazer entrega da sua valiosa oferta.

Deu entrada o quadro «Poço das Picoas», da autoria de J. Prieto, oferecido pela nossa consócia Ex.^{ma} Sr.^a D. Guida Keil, como foi referido no Relatório do ano findo. Também o nosso consócio Ex.^{mo} Sr. Lino António Afonso nos ofereceu uma importante colecção de Ex-Libris. O nosso dedicado sócio fundador Ex.^{mo} Sr. Teodoro Lopes Ramos ofereceu as 3 urnas para as eleições que já hoje vão figurar nesta sessão.

Segundo o balanço que V. Ex.^{as} terão ensejo de apreciar verifica-se que o nosso exercício termina com o saldo positivo de 1.469\$38, tendo sido adquiridos durante o ano findo Móveis e Utensílios no valor de 8.201\$60, entre os quais avultam 5.200\$00 referentes à aparelhagem sonora para a nossa sala de conferências e 14 prateleiras e uma vitrine para exposições no valor de 1.411\$10, objectos estes que nos deram uma relativa independência na realização das nossas exposições periódicas, redundando até em economia nos fretes e transportes das vitrines que era uso solicitar, por empréstimo, a várias colectividades, e ainda uma taboleta, em vidro, cujo custo foi de 650\$00 e que pela primeira vez, desde a fundação do Grupo, se ostenta na via pública.

A digna Comissão de Contas, prestou-nos sempre a sua assistência, particularmente o seu ilustre Presidente que quase sempre nos acompanhou nas nossas reuniões, Comissão para que é justo V. Ex.^{as} deferirem os seus cumprimentos.

A Secção de Movimento Cultural e Propaganda, sempre solicita, reuniu várias vezes e forneceu sempre útil colaboração na organização dos nossos programas culturais.

O pessoal, como de costume, cumpriu nas várias emergências dos nossos serviços.

Em virtude do exposto propomos os seguintes votos:

- a) de agradecimento à nossa Comissão de Contas;
- b) louvor e agradecimento à Secção de Movimento Cultural e Propaganda;
- c) de agradecimento à Imprensa, Emissora Nacional, Rádio Clube Português, Rádio Universidade e Rádio Renascença, pela sua solícita e obsequiosa colaboração;
- d) de agradecimento aos ofertantes de livros, quadros e outros objectos, que se referem no relatório, particularmente à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, Pintor de Arte Ex.^{mo} Sr. Fausto Sampaio e ao nosso consócio Ex.^{mo} Sr. Teodoro Lopes Ramos;
- e) agradecimento a todos os nossos colaboradores nas visitas, conferências e exposições, à Direcção da nossa revista e ao seu orientador técnico o nosso consócio Ex.^{mo} Sr. Luís Moita;
- f) de sentimento pelos consócios falecidos, particularmente Ex.^{mos} Srs. Roque da Fonseca, e Manuel Lourenço, falecidos durante o exercício das suas funções;
- g) um voto de louvor ao nosso pessoal e particularmente ao nosso chefe de Secretaria e ao nosso Guarda-Livros.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1954.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor Augusto Pires Celestino da Costa

O VICE-PRESIDENTE

Gustavo de Matos Sequeira

O SECRETÁRIO GERAL E RELATOR

Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

O SECRETÁRIO ADJUNTO

Dr. José Leitão de Barros

O TESOUREIRO

Hugo Raposo

OS VOGAIS

Coronel José Pereira Coelho

Prof. Doutor Joaquim Fontes

Diamantino Tojal

PARECER
da
COMISSÃO DE CONTAS

De harmonia com o que preceituam os nossos Estatutos, vem a vossa Comissão de Contas apresentar o seu Parecer referente às Contas de Gerência e Relatório da Junta Directiva referentes ao ano 18.º que terminou em trinta e um de Dezembro de mil novecentos e cinquenta e quatro.

Durante o referido ano acompanhou esta Comissão os actos da Junta Directiva verificando com prazer o zelo e competência como ela soube resolver os vários assuntos culturais e administrativos da Gerência e a ordem verificada nos Serviços.

Terminando, temos a honra de vos propôr as seguintes conclusões:

- que aproveis as Contas de Gerência e o Relatório da Junta Directiva referentes ao ano de 1954;
- que aproveis um voto de louvor à Junta Directiva, especializando o Secretário Geral, Ex.^{mo} Sr. Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves, pela maneira inteligente e equilibrada como exerceu a sua acção e o Tesoureiro Ex.^{mo} Sr. Hugo Raposo, pela solicitude e zelo como soube desempenhar-se do seu cargo;
- que aproveis um voto de congratulação pela eleição do Secretário Geral Excelentíssimo Senhor Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves para vereador da Câmara Municipal de Lisboa, devido sem dúvida aos seus méritos pessoais, mas a que não pode deixar de se aliar o prestígio da função que exerce no nosso Grupo, que tanto tem sabido valorizar. Releve-se ainda, que a sua acção como Vereador vai, decerto, sãbiamente servir os interesses do Grupo, que são os da Cidade e os de todos os «Amigos de Lisboa», que simboliza;
- que louveis o pessoal da Secretaria — Contabilidade e Expediente — pela sua valiosa colaboração.

Lisboa, 15 de Janeiro de 1955.

A BEM DA NAÇÃO
Dr. Alberto Gomes
Presidente

Higino Nunes da Silva
Secretário

Brazião Alves
Relator

Porcelanas da
VISTA ALEGRE

*Há já seis gerações que
os lisboetas as apreciam*

Largo do Chiado, 18 — LISBOA

FRIGORÍFICOS DOMÉSTICOS

a electricidade, gás ou petróleo

ASPIRADORES

domésticos e industriais

ENCERADORAS

eléctricas e outras

MAQUINAS DE COZINHA

domésticas

MAQUINAS DE LAVAR

domésticas e industriais

A marca mundial



SEDE E EXPOSIÇÃO
Rua Pascoal de Melo, 7
Tels. 56115/4 linhas

EXPOSIÇÃO
R. 1.º de Dezembro, 120-B
Tel. 28246

OFICINAS
GRÁFICAS

Ramos, Afonso & Moita

L I M I T A D A

Composição manual e mecânica. Impressão rápida. Encadernação
Livros, Revistas, Magazines, Impressos comerciais e burocráticos
Livraria. Papelaria

R. Voz do Operário, 8 a 16

LISBOA

S. Vicente de Fora

OURO, PRATA E JOIAS

BARATISSIMAS

Grande sortido de objectos de ouro em 2.^a mão só pelo peso

VENDE

a Antiga Ourivesaria

MIGUEL A. FRAGA, L.^{DA}

Pavilhão dos Ourives - Largo Martim Moniz, Loja 18 - Tel. 28503 - LISBOA

SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

LUABO

e

MARROMEU

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

B. Dias & Dias, Limitada

com Oficina de
Torneiro de Metais

INSTALAÇÕES PARA ÁGUA,
GÁS E ELECTRICIDADE

COLOCAÇÃO DE BOMBAS
E CONSERVATOS

Retretes de luxo nacionais e estrangeiras. Autoclismos de vários sistemas. Lavatórios e banheiras de esmalte e zinco e esquentadores a gasolina e para gás. Candeeiros para gás, electricidade, petróleo, gasolina e gás acetilente. Camisas e chaminés de todas as qualidades. Campainhas, telefones, trinco eléctrico, motores de electricidade. Vende a melhor lâmpada económica Philips de filamento metálico e Nitra. Lava louças e todos os artigos referentes a folha branca. Fazem-se todos os trabalhos pertencentes à sua indústria.

11-F, Rua Nova da Trindade, 11-F

LISBOA

Telef. 2 26 48

J. MARQUES, LDA.

CASA da VELHA

- Cretones, Fazendas de Algodão, Lã e Seda Rouparia e Camisaria

**ENXOVAIS
PARA
BATISADOS**

151, 153, 155, 157 - R. dos Fanqueiros
2, 4 - Rua da Vitória - Tel. 26069
LISBOA

E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES
MARITIMOS
E AÉREOS

CARVÃO, SEGUROS
REPRESENTAÇÃO
(Industriais, etc.)
EXPORTAÇÕES
TRANSITÁRIOS,
ETC., ETC.

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA GARRETT • Rua Garrett, 36 — LISBOA

BERTRAND (IRMÃOS), LDA.

Fotogravura - Fotolito

Desenho - Tipografia

●
Telefs. 2 13 68 e 2 12 27
Travessa Condessa do Rio, 27

SOCIEDADE GERAL

DE

COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSPORTES

LISBOA

Carga e Expediente:

LISBOA – Rua do Comércio, 39
Telef. 26314/5

PORTO – Rua Sá da Bandeira, 82
Telef. 27363

Frota

	TON.		TON.		TON.
n/m «África Ocidental»	1.560	n/m «Arroios»	9.558	n/m «Covilhã»	1.376
n/m «Alcobaça»	9.588	n/m «Belas»	7.259	n/v «Cunene»	9.800
n/v «Alcoutim»	10.520	n/m «Borba»	7.259	n/v «Foca»	2.060
n/m «Alenquer»	9.588	n/m «Braga»	7.224	n/v «Inhambane»	9.619
n/m «Alexandre Silva»	3.215	n/m «Bragança»	7.224	n/v «Luso»	10.125
n/m «Alferrade»	2.118	n/m «Cartaxo»	1.376	n/m «Manuel Alfredo»	3.600
n/m «Alfredo da Silva»	3.643	n/m «Colares»	1.376	n/v «Maria Amélia»	3.005
n/m «Almeirim»	9.588	n/m «Conceição Maria»	2.974	n/v «Mello»	6.253
n/m «Almante»	12.600	n/m «Coruche»	1.376	n/v «Mirandela»	8.280
n/m «Abrizete»	9.245	n/v «Costeiros»	900	n/m «Rita Maria»	3.458
n/m «Ana Mafalda»	3.643	n/m «Costeiro Terceiro»	1.426	n/m «São Macário»	1.221
n/m «Andulo»	9.245			n/v «Saudades»	6.430
n/m «António Carlos»	2.974			n/v «Zé Manel»	1.240

Total 201.982 Ton.

7 Rebocadores
5 Lanchas a Motor
33 Batelões
25 Fragatas
1 Barca de Água
1 Draga e 5 Batelões de dragadas

Em construção nos Estaleiros da C. U. F.

4 navios motores para serviço costeiro de 800 T. com motores de 650 HP.
2 navios para o serviço de cabotagem em Cabo Verde e para transporte de passageiros de 320 T. e 500 HP.

CARREIRAS REGULARES:

NORTE DA EUROPA / S. TOMÉ E PRÍNCIPE, MATADI E ANGOLA.
METRÓPOLE / S. TOMÉ E PRÍNCIPE E ANGOLA. METRÓPOLE / CABO VERDE E GUINÉ. ANVERS / PORTUGAL

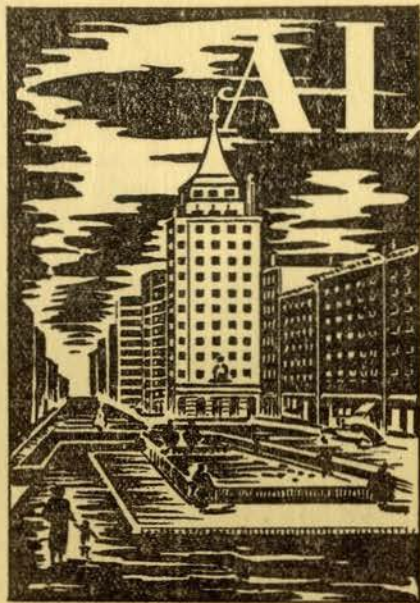
SERVIÇO PERMANENTE:

TRANSPORTE DE FOSFATOS DO NORTE DE ÁFRICA E PIRITES DO POMARÃO

TRAMPING – CONSIGNAÇÕES – TRÁNSITOS
SERVIÇO DE REBOQUES FLUVIAIS E DO ALTO MAR
LANCHAS – FRAGATAS – BATELÕES

A Companhia que mais navios tem ao seu serviço construídos em Portugal e nos Estaleiros da Companhia União Fabril, no Barreiro e em Lisboa

RONDA DOS BAIRROS



ALVALADE

S

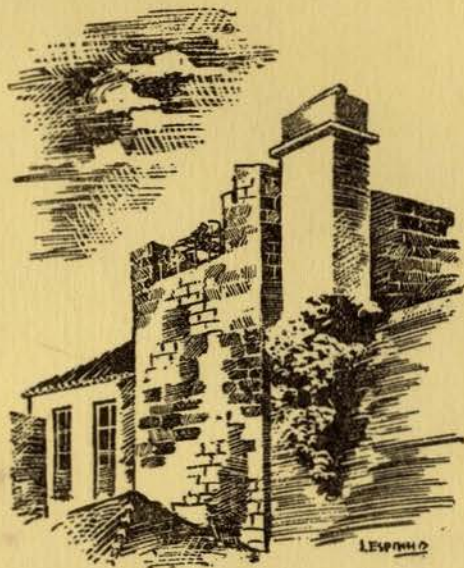
E é certo que Lisboa sente verdadeiro orgulho em se rever nas ruas pitorescas dos velhos bairros, também é verdade que esta formosa Capital de um grande Império se não deixou ficar estática, indiferente ao progresso que categoriza as modernas urbes.

Procurando novos horizontes, na conquista de espaços onde possa abrigar a sua população sempre crescente, Lisboa culminou em Alvalade uma época de evolução urbanística que ficará, na história lisiponense, a testemunhar a visão, sensibilidade, trabalho e espírito empreendedor, dos homens do nosso tempo.

Construído em meia dúzia de anos, o bairro de Alvalade caracteriza-se, principalmente, pela harmonia de todos os pormenores, adivinhando-se, nas mais pequenas coisas, o alto mérito do plano de conjunto que o precedeu.

Quem, por consequência, quiser conhecer uma Lisboa diferente daquela a que nos habituámos, uma autêntica cidade nova orgulhosa do presente em que vive, em Alvalade a encontrará, sorrindo alegremente para o Futuro.

O Bairro de Alvalade é servido pelas carreiras de «eléctricos» n.ºs: 2 e 2-A; e pelas de autocarros n.ºs: 1, 17, 21 e 27.



TOSSE ?

HORAS CALMAS



COM

BENZO-DIACOL